



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARIA CLARA MIRANDA FERREIRA DA SILVA

**DOMINAÇÃO MASCULINA NA ESFERA PÚBLICA: DILMA NAS CAPAS DA
ISTOÉ E NAS MANCHETES DO ESTADÃO NA CONSTRUÇÃO IMAGÉTICA DO
GOLPE**

João Pessoa

2022

MARIA CLARA MIRANDA FERREIRA DA SILVA

DOMINAÇÃO MASCULINA NA ESFERA PÚBLICA: DILMA NAS CAPAS DA ISTOÉ E
NAS MANCHETES DO ESTADÃO NA CONSTRUÇÃO IMAGÉTICA DO GOLPE

Trabalho de conclusão de curso (TCC), apresentado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Panica Pontes.

JOÃO PESSOA

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586d SILVA, Maria Clara Miranda Ferreira da.

Dominação masculina na esfera pública: Dilma nas capas da Isto é e nas manchetes do Estadão na construção imagética do golpe / Maria Clara Miranda Ferreira da Silva. - João Pessoa, 2022.

76 f. : il.

Orientação: Thiago Panica Pontes.

TCC (Graduação) - UFPB/CCHLA.

1. Dominação masculina. 2. Campo político. 3. Rousseff, Dilma. 4. Mídia. 5. Golpe. I. Pontes, Thiago Panica. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 316.346.2-055.1:32

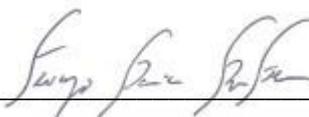
MARIA CLARA MIRANDA FERREIRA DA SILVA

DOMINAÇÃO MASCULINA NA ESFERA PÚBLICA: DILMA NAS CAPAS DA ISTOÉ E
NAS MANCHETES DO ESTADÃO NA CONSTRUÇÃO IMAGÉTICA DO GOLPE

Trabalho de conclusão de curso (TCC), apresentado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

João Pessoa, 08 de Dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Thiago Panica Pontes – UFPB
Orientador



Prof.ª Dra. Luciana Aparecida Aliaga Azara de Oliveira – UFPB
Examinadora



Prof.ª Dra. Miqueli Michetti – UFPB
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, o professor doutor Thiago Panica Pontes, que guiou o meu trabalho de forma brilhante, contribuindo grandemente com o meu conhecimento teórico anterior à elaboração desta monografia e durante todo o processo de execução e desenvolvimento da escrita, colaborando com o meu conhecimento como socióloga.

Às professoras doutoras Miqueli Michetti e Luciana Aparecida Aliaga Azara de Oliveira, que compuseram minha banca e se disponibilizaram a ler meu trabalho.

À professora doutora Tássia Rabelo de Pinho, que consolidou o meu interesse acerca do tema de gênero no campo político.

Ao professor doutor Maurício Rombaldi, que despertou meu fascínio em Pierre Bourdieu e me deu suporte moral.

A Julia, minha melhor amiga, presente em todas as fases do projeto, com quem pude discutir diversas vezes sobre a temática e trocar referências essenciais no meu processo de escrita. Por ter me acalmado, me dado suporte e me ensinado que a gente pode alcançar o que quiser e ser quem quiser, inclusive feministas.

A minhas irmãs, Carol, Isabel e Paula, que estiveram comigo em todas as vezes que eu achei que não ia conseguir.

A meu pai, que me incentivou e me ajudou quando eu não fazia ideia do que fazer com as normas ABNT.

A minha mãe, minha amada Gracinha, que ficou noites sem dormir para me ajudar e que abriria mão de tudo para que eu pudesse conquistar o mundo. Por ser luz.

RESUMO

Este trabalho intitulado “Dominação masculina na esfera pública: Dilma nas capas da Istoé e nas manchetes do Estadão na construção imagética do golpe” tem como objetivo compreender como é possível perceber a dominação masculina nas capas da revista “Istoé” e nas manchetes do “Estadão” sobre a ex-presidente Dilma Rousseff no período de janeiro a agosto de 2016. A partir disso, foi feito um levantamento histórico-político para discutir o contexto em que as questões de gênero se desenvolveram no Brasil, abordando também a sub-representação das mulheres no campo político e o crescimento de uma reação conservadora frente aos avanços da esquerda. Nesse sentido, realizamos uma análise teórica qualitativa a partir dos conceitos de *habitus*, campo, trajetória, poder e violência simbólicos apresentados por Pierre Bourdieu para refletir sobre a presença da dominação masculina e de uma possível violência de gênero na montagem midiática do golpe, levando também em consideração a perspectiva feminista sobre a perspectiva da dominação masculina de Bourdieu. Complementarmente à análise teórica, a análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin foi utilizada como ferramenta metodológica para identificar a presença da dominação masculina na IstoÉ e no Estadão. Assim, foi possível constatar que os objetos de estudo analisados apontaram para a utilização de degradação moral contra Dilma por meio de afirmações pejorativas de sua imagem. Logo, percebemos como a dominação masculina contribuiu para a desmoralização de Dilma e resultou numa ampla difusão do bolsonarismo, que expressa nitidamente as características dessa dominação.

Palavras-chave: Dominação masculina. Campo político. Dilma Rousseff. Mídia. Golpe.

ABSTRACT

This work entitled “Male domination in the public sphere: Dilma on the covers of Istoé and on the headlines of Estadão in the imagery construction of the coup” aims to understand how it is possible to perceive male domination on the covers of the magazine “Istoé” and in the headlines of “Estadão” about former president Dilma Rousseff from January to August 2016. Based on this, a historical-political survey was carried out to discuss the context in which gender issues developed in Brazil, also addressing the under-representation of women in the political field and the growth of a conservative reaction to the advances of the left-wing. In this sense, we carried out a qualitative theoretical analysis based on the concepts of habitus, field, trajectory, symbolic power and violence presented by Pierre Bourdieu to reflect on the presence of male domination and possible gender violence in the media montage of the coup, also taking into account the feminist perspective on Bourdieu's perspective of male domination. In addition to the theoretical analysis, the content analysis proposed by Laurence Bardin was used as a methodological tool to identify the presence of male domination in IstoÉ and Estadão. Thus, it was possible to verify that the objects of study analyzed pointed to the use of moral degradation against Dilma through pejorative statements of her image. Soon, we realize how male domination contributed to Dilma's demoralization and resulted in a wide spread of Bolsonarism, which clearly expresses the characteristics of this domination.

Keywords: Male domination. Political field. Dilma Rousseff. Media. Coup.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Subtipos de violência política de gênero e exemplos concedidos pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (BRASIL, 2020) ...	24
Quadro 2 – IstoÉ, edição de 2 de março de 2016	56
Quadro 3 – IstoÉ, edição de 6 de abril de 2016.....	58
Quadro 4 – IstoÉ, edição de 29 de abril de 2016.....	60
Quadro 5 – IstoÉ, edição de 6 de maio de 2016	63
Quadro 6 – Estadão, de 18 de abril de 2016.....	66
Quadro 7 – Estadão, de 16 de abril de 2016.....	67
Quadro 8 – Estadão, de 12 de maio de 2016	68
Quadro 9 – Estadão, de 06 de julho de 2016.....	69
Quadro 10 - Estadão, de 07 de julho de 2016	70
Imagem 1 – “Eles sabiam de tudo”.....	33
Imagem 2 – “El Goce de Cristina”	34
Imagem 3 – “Bela, Recatada e do Lar”	35
Imagem 4 – Adesivo com montagem sexualizada de Dilma	53
Imagem 5 – Dilma na Copa do Mundo de 2014.....	59
Imagem 6 – “Bolsonaro: Um leão fora de controle”	60
Imagem 7 – “Basta!”.....	62
Imagem 8 – “Dilma Transpassada”	65
Imagem 9 – “Dilma em Chamas”	66
Imagem 10 – “Eu sou o Estado”.....	69
Tabela 1 – Tipologias	54

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	A DOMINAÇÃO MASCULINA NA ESFERA PÚBLICA	13
2.1	O processo histórico na busca pela igualdade de gênero: as ondas feministas no Brasil	13
2.2	A violência de gênero e a política.....	21
2.3	O golpe de 2016 e a reação conservadora	29
3	APROXIMAÇÕES TEÓRICAS	39
3.1	A concepção sociológica sobre a mulher na perspectiva bourdieusiana	39
3.1.1	O feminismo sobre a dominação masculina de Bourdieu	46
4	A REPRESENTAÇÃO DO GÊNERO NA MÍDIA PRÉ-<i>IMPEACHMENT</i>	50
4.1	Dilma nas capas da IstoÉ	55
4.2	Dilma nas manchetes do Estadão	64
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
	REFERÊNCIAS	74

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2021, uma mulher era assassinada no Brasil a cada 7 horas por sua condição como mulher. Esse dado, por si só, já é capaz de expressar uma forte presença de violência de gênero no Brasil. Essa violência, logo, ultrapassa o campo privado – o ambiente doméstico ou familiar – e é possível enxergá-la nas esferas públicas – nos ambientes coletivos, políticos, institucionais –, como ocorre com a divisão sexual do trabalho no campo da política, de forma que a dominação masculina em geral e a violência de gênero em particular se fazem presente também no Estado.

É nesse sentido que este trabalho busca caminhar, realizando um estudo a partir da compreensão sobre violência de gênero na esfera pública e da dominação masculina. Assim, é feita uma investigação sobre como a ex-presidente Dilma Rousseff, na época a maior figura política do país, é percebida nas capas da revista “IstoÉ” e em manchetes do jornal “O Estado de S. Paulo”, também conhecido como “Estadão”, no ano de 2016, durante o processo de *impeachment*, que culminou em sua deposição do Palácio do Planalto.

Para entender violência de gênero na esfera pública, é preciso compreender que gênero se trata de uma construção social que determina o lugar da mulher na sociedade, historicamente situando-a como dominada em relação aos homens. Nessa perspectiva, dominação masculina é uma sujeição que reproduz a posição de inferioridade da mulher na sociedade e reforça um sistema de privilégios à figura do homem.

Ora, quando se faz sociologia, aprende-se que os homens ou as mulheres têm sua responsabilidade, mas que eles ou elas são em grande parte definidos em suas possibilidades e suas impossibilidades pela estrutura na qual estão situados e pela posição que ocupam nessa estrutura. (BOURDIEU, 1997, p. 78)

A partir disso, no intuito de perceber a violência de gênero presente na construção do golpe, também é preciso conceituar tal categoria. Nesse sentido, pode ser compreendida como formas de dominação – a violência é uma consequência da dominação masculina – construídas socialmente que impõem às mulheres (e ao feminino, uma vez que gênero pode também se referir à comunidade LGBTQIA+) posições de subordinação cuja estrutura social é ordenada de acordo com uma lógica masculina, podendo ser praticada em diversas dimensões, como a simbólica, a material, a sexual, a psicológica e até física. A violência de gênero que decorre do campo político, desse modo, trata-se de uma violência contra mulheres ativas no processo político-eleitoral por sua categoria de mulher em tais cargos, podendo se dar, por exemplo,

através de sua desqualificação ou desmoralização em tais cargos públicos, de assédios ou intimidações.

Considerando a importância de se estudar uma questão social tão naturalizada, este trabalho se propõe a compreender como se dá a violência de gênero na esfera pública, em especial no cenário político. Essa naturalização concerne a uma busca pela igualdade de gênero em um setor da sociedade que reflete diretamente na opinião pública, que funciona como inculcação de símbolos na população e que têm o poder de legislar políticas para o povo que caminhe em direção à redução da desigualdade.

A partir disso, será realizado um estudo de caso sobre a ex-presidente Dilma, pois é fundamental falar sobre os esforços midiáticos em legitimar o processo de *impeachment* a partir de capas e manchetes que utilizam da violência de gênero para difamar sua imagem, permitindo a percepção de uma relação entre discursos fundamentalistas de gênero e a intenção de determinados grupos de alcançar objetivos políticos que se alinhassem com seus interesses privados.

A escolha do objeto de pesquisa se deu a partir de uma necessidade percebida que se tem de abordar a violência de gênero na esfera pública a partir de uma perspectiva sociológica, pois, em uma revisão de literatura para desenvolvimento do projeto, foi possível notar a presença de uma quantidade reduzida de análises a partir de tal perspectiva em comparação a uma amplitude de conteúdos de interpretação política. Além disso, uma análise acadêmica acerca da representação da ex-presidente Dilma Rousseff se faz necessária para a realização de discussões que possibilitem uma desnaturalização da violência de gênero no campo político e que analisem os dados acerca dessa violência para que possam ser tomadas medidas mais efetivas para combatê-la.

Logo, em uma percepção a partir de uma observação acerca das capas da “IstoÉ” que contêm a presença de Dilma Rousseff no ano de 2016, alguns efeitos de sentido chamam a atenção e é possível enxergar posicionamentos de sua imagem que a retratam a partir de “maus ângulos” ou de “momentos inoportunos”, causando a impressão de uma mulher instável, histérica e com “explosões nervosas”, como afirma a manchete em uma das capas observadas, reafirmando antigos estereótipos sobre as mulheres. Ainda, é possível perceber outras capas, que transmitem uma percepção de Dilma como culpada, manipuladora e criminosa.

As manchetes do “Estadão”, no que concerne as capas, parecem se tratar de um posicionamento mais discreto do jornal acerca do processo de *impeachment* quanto à maneira de se referir à ex-presidente, entretanto, ao adentrar nas matérias do jornal, logo é possível observar a insistência em afirmações que a firmavam em posição de incompetência, conivência

com práticas consideradas socialmente erradas ou a acometem a crimes, além taxações pejorativas que estereotipam a posição da mulher.

Dessa maneira, será realizada uma pesquisa qualitativa, com base em uma análise documental de amostras de 4 capas da revista IstoÉ e de 5 manchetes do jornal Estadão no ano de 2016 que incluem a utilização da imagem pública da ex-presidente Dilma Rousseff até a finalização do processo de *impeachment*. A seleção da IstoÉ e do Estadão ocorre como forma de perceber como um jornal e uma revista podem atuar a partir da dominação masculina, pois são meios de grande circulação e, portanto, representativos de outros veículos de grande difusão nacional, sendo, talvez, os mais violentos no processo de difamação da ex-presidente.

Para isso, será feito uma análise de conteúdo, baseada na teoria de Laurence Bardin (2011), para categorizar e analisar metodologicamente os objetos de estudo. Menciona-se que a abordagem de Bardin funciona de maneira complementar à análise teórica realizada no capítulo 2 acerca da dominação masculina, cujas capas e manchetes são percebidas pela técnica da análise de conteúdo e, numa inferência crítica, pela presença de poder simbólico.

No período selecionado, a IstoÉ apresentou 36 edições, das quais 14 tinham Dilma como figura central. As quatro capas foram selecionadas em função de uma pré-análise que percebia suas relações com gênero. A escolha da revista IstoÉ ocorreu em razão da alta quantidade de abordagens sobre a ex-presidente em relação às maiores revistas semanais do país. Enquanto a Veja, por exemplo, possui apenas três capas com Dilma como tema principal, a IstoÉ, enquanto uma das mais acessadas revistas do país, apresenta mais de quatro vezes essa quantidade. Logo, surgiu o interesse de analisá-la para compreender por que existe um foco tão amplo em Dilma Rousseff.

Ao mesmo tempo, o jornal Estadão apresentou 131.382 registros de matérias no período, sendo 10.427 delas sobre Dilma. Devido à grande quantidade de revistas, a amostra selecionada se deu em uma escolha aleatória, em que priorizando as manchetes que teriam relação com gênero. O Estadão foi escolhido em função de uma virulência percebida em seu conteúdo em matérias, que, por vezes, são expressamente violentas na desmoralização contra a ex-presidente Dilma.

Também, a pesquisa se dá a partir de estudos bibliográficos acerca do tema, incluindo investigações sobre violência de gênero, tema fundamental para entender a posição de Dilma frente à mídia no período do processo de golpe. O trabalho se ancora na perspectiva da dominação masculina, uma força de ordem masculina que dispensa justificção e se apresenta frente à ordem social (uma máquina simbólica com uma visão androcêntrica que se propõe

neutra, apresentada por Pierre Bourdieu (2002) para fundamentar os estudos sobre gênero na ótica da violência simbólica.

O trabalho então será dividido em três capítulos: o primeiro fará uma historicidade dos avanços feministas na sociedade moderna, a partir das ondas feministas no Brasil, perpassando o período atual e culminando na violência contra parlamentares e na participação da violência de gênero através do golpe, apontando para os avanços progressistas e o conservadorismo como reação. O segundo capítulo ocorre por uma abordagem sociológica de inspiração bourdieusiana sobre a dominação masculina, incluindo também a percepção feminista sobre gênero em Bourdieu. Por fim, o terceiro capítulo fará a análise propriamente das capas da revista IstoÉ e das manchetes do Estadão, apontando para as relações entre mídia, gênero e o golpe.

É importante mencionar os avanços em direção a uma igualdade de gênero na sociedade e na política. Apesar de apenas em 1932 as mulheres terem passado a ter direito ao voto no Brasil, em 2010 (antes de muitos países considerados ‘democráticos’) era eleita a primeira presidente mulher do país – reeleita em 2014. Ainda que a quantidade de mulheres presentes no ambiente político seja uma minoria se comparada à quantidade de homens, faz-se necessário reconhecer que, sobretudo nas últimas décadas, a sociedade deu passos significativos em busca da igualdade. No entanto, foi em reações a esses avanços que o Brasil passou a dar significativos passos em direção ao conservadorismo ufanista da extrema-direita.

Apesar desse relativo avanço do ponto de vista histórico, de acordo com dados apresentados pelo IBGE em 2021, por exemplo, apenas 16% dos vereadores eleitos ao redor do Brasil eram mulheres. O dado expressa que, em uma análise mais aprofundada, ainda que o país tenha apresentado avanços ao eleger uma mulher como presidente, a presença de contradições parece infundável: Dilma ainda foi a única mulher eleita em um país que é formalmente uma República há mais de 2 séculos.

Dilma Rousseff, por exemplo, é uma mulher que apresentou um *habitus* “masculinizado”¹, atributos que são socialmente considerados pertencentes aos homens, que contribuiu com a legitimação de sua posição. Tanto nos aspectos objetivos quanto nos aspectos subjetivos do mundo, Dilma apresentou uma maneira de andar, um tom de voz, uma autoridade e uma maneira de agir que, correspondendo às expectativas sociais estereotípicas, “deveria”

¹ Aponta-se para a existência de chefes de Estado com *habitus* tradicionais com relação às expectativas de feminilidade da sociedade. Pode-se citar as primeiras-ministras da Finlândia e da Nova Zelândia. No entanto, o encargo de mulheres nos poderes executivos não necessariamente implica dizer um deslocamento social em direção à igualdade, uma vez que mesmo mulheres femininas podem reproduzir ideais conservadores e de extrema-direita.

pertencer a homens. Mesmo seu cabelo curto fazia parte de uma imagem que possibilitava sua permanência no maior cargo político do país.

Assim sendo, observa-se que a subordinação das mulheres na esfera política no país ainda é uma forma pela qual a dominação masculina se reproduz bastante naturalizada, que não recebe a devida atenção. Por isso, é essencial que tais estudos sejam realizados, numa tentativa de permitir uma maior compreensão de uma subjugação feminina e, assim, observar como é possível entender a dominação e a violência de gênero sofridas pela presidente Dilma durante os meses antes de seu segundo mandato ser encerrado.

É importante lembrar que, mesmo com a aquisição de direitos das mulheres no último século, em especial desde a Constituição de 1988, estudar a posição das mulheres na política, ou em quaisquer setores da sociedade é essencial para compreender como se dá a cultura brasileira, predominantemente masculina, assim como é fundamental entender como a única presidenta mulher que o Brasil já teve é vista.

Como dito por Simone de Beauvoir (1970), “nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.” Assim se vê a sociedade atual, que, em meio a diversas crises, encontra-se reproduzindo amplamente diversos discursos de ódio e reforçando as ideias tradicionais de um subgênero, de um segundo sexo. Isso se torna ainda mais intenso para as mulheres negras, que sofrem uma dupla sujeição à dominação, em suas condições como mulher e como negra. Esses questionamentos acerca da posição da mulher na sociedade, então, estão presentes nas mais diversas áreas sociais, extrapolam o âmbito privado e são percebidos mesmo no Estado.

Portanto, pretende-se compreender: como é possível perceber a dominação masculina nas capas da revista “Istoé” e nas manchetes do “Estadão” sobre a ex-presidente Dilma Rousseff em 2016?

2 A DOMINAÇÃO MASCULINA² NA ESFERA PÚBLICA

As mulheres têm servido de espelhos dotados do mágico e delicioso poder de refletir a figura do homem com o dobro de seu tamanho natural. Sem esse poder, a Terra provavelmente ainda seria pântano e selva. As glórias de todas as nossas guerras seriam desconhecidas. [...] O czar e o cáiser nunca teriam portado ou perdido coroas. Qualquer que seja seu emprego nas sociedades civilizadas, os espelhos são essenciais a toda ação violenta e heróica. Eis por que tanto Napoleão quanto Mussolini insistem tão enfaticamente na inferioridade das mulheres, pois, não fossem elas inferiores, eles deixariam de engrandecer-se. (WOOLF, 1990, p. 45)

A escolha de começar este trabalho com a citação de um ensaio de Virginia Woolf, consagrada escritora feminista inglesa, publicado pela primeira vez em 1929, deu-se para demonstrar que mesmo no campo literário já era denunciada a desigualdade de gênero no início do século XX. As disparidades entre homens e mulheres, que as impõem uma posição de inferioridade, têm sido um problema social antigo no Brasil e ao redor do mundo. Nesse sentido, para adentrar os estudos sobre a mulher inserida na esfera pública, urge uma contextualização sócio-histórica que proporcione a compreensão de como se dá a dominação masculina na conjuntura atual. O capítulo, portanto, iniciará com uma abordagem acerca das ondas feministas.

Posteriormente, também será trabalhado como a violência de gênero está presente no campo político a partir de Dilma, de forma a compreender como se trata de uma análise atual, ainda que o governo de Rousseff tenha finalizado em 2016. Por fim, será abordada uma análise acerca do *impeachment* como golpe e sua relação com o crescente conservadorismo que se ampliou em grande escala a partir do início da década de 2010 e que permanece presente na atualidade.

2.1 O processo histórico na busca pela igualdade de gênero: as ondas³ feministas no Brasil

Em um mundo ocidental regido majoritariamente pela categoria masculina, ainda em meados do século XIX surgiam as primeiras lutas por igualdade de gênero reconhecidas

² A conceituação de dominação masculina será desenvolvida no segundo capítulo deste trabalho.

³ O termo “ondas” é passível de críticas no que diz respeito à reprodução da ideia de um movimento com início e fim, excluindo a existência de outras lutas pelos direitos das mulheres sejam no mesmo período, sejam em outros momentos da história. Enquanto Simone de Beauvoir (1970) aponta para a ideia de que as lutas por igualdade precisam ser constantes, pois os direitos minoritários não estão sempre garantidos, como mencionado anteriormente, a terminologia implica numa luta já superada. Um exemplo disso é a terceira onda, que também é conhecida como “pós-feminismo”, uma vez que o termo não transcreve a preocupação atual com as lutas das mulheres, como se o feminismo não fosse mais necessário.

historicamente. Todavia, no debate sociológico, a questão de gênero e as preocupações com a mulher estiveram ausentes das discussões clássicas. Segundo Holmes (2007), Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber não são conhecidos por seus debates sobre desigualdade entre homens e mulheres, ao contrário, naturalizam o papel social da mulher em posição de subordinação. Para Durkheim, a separação de atribuições entre homens e mulher teria, inclusive, sido fundamental para uma melhor eficiência na produtividade do trabalho. Weber ainda teria apontado a mulher como dependente socialmente e detentora de energias intelectual e física inferiores às do homem. Marx reconheceu a desigualdade entre homens e mulheres como importante, mas a inseriu em segundo plano em seus trabalhos.

Holmes (2007) ainda aponta que existiam mulheres que já abordavam gênero em seus estudos ainda no século XVIII, como é o caso de Mary Wollstonecraft e, posteriormente, no século XIX, Harriet Martineau. Essas mulheres, no entanto, foram apagadas da história e apenas Simone de Beauvoir, já em 1949, é reconhecida como precursora dos trabalhos de gênero. Somente com o funcionalismo, que ocorre entre as décadas de 1950 e 1960, a sociologia discerne a posição da mulher como dominada.

Para abordar a posição da mulher na contemporaneidade e compreender a dominação que determina a mulher como inferior na sociedade, serão situadas as ondas feministas e como elas se deram no Brasil. A primeira onda feminista, que foi essencial para dar visibilidade à busca das mulheres na luta contra as desigualdades, teve como principal finalidade a busca pelo sufrágio feminino. O movimento foi reconhecido, primeiro, na Inglaterra e foi essencial para estimular a disseminação de tal manifestação política globalmente. Entretanto, faz-se necessário apontar que cada região, em especial se compararmos os países do hemisfério sul com os países setentrionais, apresentam particularidades que não podem ser resumidas à história estadunidense-europeia, que ainda domina a literatura difundida sobre feminismo no Brasil, embora os trabalhos nacionais sobre gênero tenham, recentemente, sido ampliados.

A primeira onda feminista no Brasil ocorreu durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX, estendendo-se até a década de 1960. Assim como ocorreu com o eixo Estados Unidos-Europa, a pauta principal se deu na luta pelo sufrágio feminino, no entanto, o Brasil já discutia nesse período outras questões para além dos votos, como ocorreu com o trabalho fora do ambiente doméstico e questões comportamentais, que eram discutidas em jornais da época (SARMENTO, 2017 *apud* RIBEIRO, NOGUEIRA e MAGALHÃES, 2021).

É importante mencionar que se trata de um movimento excludente. Ribeiro, Nogueira e Magalhães (2021) citam a ativista Bertha Lutz, mulher branca, integrante das elites econômica e intelectual de São Paulo, reconhecida até hoje como um dos principais símbolos de luta da

primeira onda e uma das líderes da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que é tida como a protagonista nacional do sufrágio e, no entanto, a presença de Almerinda Farias Gama e Maria Rita Soares de Andrade, duas mulheres negras que tiveram participação essencial no movimento são apagadas da história.

Céli Pinto (2003) aponta que o reconhecimento e trânsito de Lutz à elite política da época, unidos ao “bom comportamento” de seu grupo de luta, foram essenciais para que o movimento fosse adiante. E sua importância no movimento não deve ser desprezada, mas é nesse sentido que se torna possível perceber o elitismo da primeira onda, que invisibilizou grupos minoritários, como o das mulheres negras e de mulheres operárias, que estavam presentes. Logo, as desigualdades não se reduzem apenas a gêneros distintos, mas entre as próprias mulheres e até a questões de classe.

O primeiro país a instituir o voto feminino foi a Nova Zelândia, em 1893, ainda no século XIX, mas a maioria dos países ocidentais só conseguiu estabelecer o direito ao voto e à participação política da mulher na primeira metade do século XX. Na Inglaterra, ocorreu em 1918. Nos Estados Unidos, foi aprovado em 1919 e em 1920 já podiam votar — é importante mencionar que, no caso dos Estados Unidos, tratava-se apenas do voto feminino branco. As mulheres negras só puderam votar em 1964. Na América Latina, o primeiro país a instituir o voto feminino foi o Uruguai, cuja Constituição outorgou o voto em 1917. Na Argentina, Evita Perón, a então primeira-dama, conseguiu a aprovação do voto feminino em 1947.

Em 1932 ocorreu o sufrágio feminino no Brasil, a partir do Código Eleitoral no governo de Getúlio Vargas. É importante mencionar que a naturalização das disparidades políticas no Brasil entre homens e mulheres ocorre, dentre outras razões, devido à inserção tardia — não em relação ao resto do mundo, mas ao acesso a direitos políticos que há muitos anos já estavam disponíveis aos homens — da categoria feminina no campo político-eleitoral. Apenas em 1928, uma mulher se candidatou a um cargo político no Brasil, Alzira Soriano, que foi eleita prefeita no Rio Grande do Norte devido a uma lei eleitoral estadual que permitia a participação das mulheres nas funções executivas e legislativas.

Ao mesmo tempo que o Código Eleitoral nacional de 1932 instituiu a obrigatoriedade do voto masculino, também apresentou uma série de limitações para com as mulheres, tais como a necessidade de permissão do marido para as mulheres casadas e de renda própria para solteiras e viúvas. Em 1934, essas limitações foram revogadas, mas a obrigatoriedade da participação política através das eleições permaneceu como uma exigência apenas para os homens e, apenas em 1946, as mulheres adquiriram essa condição.

A primeira onda apresentou resultados concretos para o sufrágio feminino, mas algumas formas de desigualdade contra as quais lutavam — como a participação política da mulher, questão que, ainda que tenha sido instituída com o sufrágio em diversos países, como ocorreu no Brasil, ainda carecem de um sistema mais igualitário, cuja participação feminina na política, embora permitida, é continuamente inferior à participação dos homens, isto é, o ambiente político ainda pode ser considerado masculino, uma vez que se trata de um meio cuja quantidade de mulheres é bastante reduzida em relação à quantidade de homens — permaneceram mesmo na atualidade, ainda que, por vezes, sutilmente.

Somente após o sufrágio feminino brasileiro, outras discussões passaram a ganhar mais relevância no cenário nacional, como a divisão sexual do trabalho e a inserção da mulher no mercado de trabalho, nas escolas e nas universidades. É na segunda metade do século XX que debates sobre os direitos das mulheres se intensificam, ampliando também questionamentos sobre o corpo, sobre o comportamento feminino e sobre o lugar da mulher, este que representa um movimento do gênero feminino da esfera privada para a esfera pública. Trata-se da segunda onda feminista.

Ainda em 1949, antes da segunda fase do movimento feminista se concretizar de forma mais ampla, Simone de Beauvoir, filósofa francesa, lançou seu ilustre livro “O segundo sexo”, obra de relevância mesmo na contemporaneidade, em que já expressava preocupações como os mitos acerca do sexo feminino, o aprisionamento moral da mulher ao trabalho doméstico e questões como a associação do determinismo biológico ao “ser mulher” e ao corpo, a exemplo de sua célebre frase “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, com a qual inicia o segundo volume do livro numa tentativa de demonstrar que as desigualdades de gênero são uma construção social. Ainda que Beauvoir não seja a primeira mulher a questionar o “ser mulher” — Miguel (2014) aponta que, em 1851, um século antes, a escritora estadunidense negra Sojourner Truth já indagava sobre tais questões em seu livro “Ain’t I A Woman?” —, seu livro foi fundamental para embasar as lutas da segunda onda.

No panorama internacional, Pinto (2003) afirma que a segunda fase do feminismo pôs em questão dois “sonhos” a que chama de mitos: o primeiro se refere ao *american way of life*, que, se por um lado é resultado de uma prosperidade econômica estadunidense baseada no Estado de Bem-Estar Social, por outro, revela uma sociedade excludente, cujo estilo de vida que se promete sonho só atinge um grupo burguês branco limitado; o segundo se refere a uma revolução comunista na Europa baseada nas experiências do leste europeu. Foi nesse período em que ocorreram as manifestações *beatnik* e *hippie*, em Paris e nos Estados Unidos, respectivamente. O movimento *hippie* ainda acompanhou mulheres que protestavam contra a

hierarquia, o conservadorismo e os poderes impostos através de manifestações como retirada dos sutiãs em praça pública, questão controversa até os dias atuais.

A segunda onda se formou na década de 1960, estendendo-se até o final dos anos 1980, e, no Brasil, perpassou todo o período da ditadura militar. Devido ao contexto do cenário nacional, oposto ao clima de efervescência política dos Estados Unidos e Europa, as lutas das mulheres estiveram intrinsecamente relacionadas às lutas pela democracia. Ribeiro, Nogueira e Magalhães (2021) aludem a uma segunda onda não mais exclusiva da elite e, nesse sentido, acabou por se tornar um movimento segregado, uma vez que algumas mulheres da alta sociedade defendiam a ditadura.

Os grupos de mulheres populares, ao contrário, opunham-se à carestia, ao totalitarismo, organizavam-se pela anistia dos presos políticos, contra a censura e havia, até mesmo, clubes de mães. Muitas dessas mulheres estavam associadas à Federação de Mulheres do Brasil, influenciadas pelo Partido Comunista do Brasil, que se tornara ilegal durante o período. Algumas dessas mulheres que lutavam contra a ditadura, ainda que não estivessem associadas diretamente ao movimento feminista, devido ao caráter de resistência acabaram por contribuir com o movimento que culminou na Constituição de 1988. Portanto, se, por um lado, as mulheres lutavam pelo reconhecimento nos ambientes públicos e privados e contra as formas de violência e dominação que sofriam, por outro, o cenário brasileiro promoveu uma associação da luta das mulheres com uma luta contra a desigualdade social, a pobreza e a miséria (PINTO, 2003). Logo, o movimento feminista que prevaleceu na ditadura teve muitas integrantes perseguidas, presas, exiladas, torturadas e mortas.

Dentre as organizações feministas, Pinto (2003) cita três importantes grupos que se formaram no ano de 1972 e que podem ser considerados pioneiros da segunda onda no Brasil: o primeiro seria formado por mulheres intelectuais de esquerda de São Paulo, já inseridas no mercado de trabalho e, em sua maioria, de meia-idade; o segundo, foi um grupo formado no Rio de Janeiro por Branca Maria Alves e contava com suas amigas, com um grupo católico e, posteriormente, foi sendo preenchido por mulheres jovens; o terceiro era composto por estudantes da PUC que tinham por volta dos 20 anos.

É importante mencionar que, apesar de se tratar de grupos formados por mulheres profissionais ou estudantes, o Brasil inseriu tardiamente essas mulheres nos ambientes públicos. Fernandes (2019) aponta que, no período do Império, com a Lei Geral, de 15 de outubro de 1827, as meninas brancas tinham acesso às escolas de primeiras letras, mas não tinham acesso a todas as disciplinas (geometria, por exemplo, era considerada masculina) e eram desobrigadas

a participar do ensino secundário, uma vez que este deveria ser dirigido aos meninos, que cursariam o ensino superior, enquanto as mulheres tinham obrigações apenas para com o lar.

A Lei Geral também permitiu que as mulheres pudessem ser “mestras” nas escolas de primeiras letras, mas, devido a um decreto de 1831, que permitia que pessoas não aprovadas em concursos entrassem ganhando menos, as mulheres, que não tinham acesso a escolas de formação, na prática, recebiam salários menores que os dos homens. Na segunda metade do século XIX, devido à necessidade de demanda para novos empregos, surgiram as escolas mistas, cujas meninas passaram a ter acesso ao ensino secundário. Também, a partir de 1879, passaram a disponibilizar, com a condição da permissão dos pais e maridos, cursos de ensino superior para mulheres, ainda que tais cursos reforçassem os papéis tradicionalmente femininos. Na década de 1910, as mulheres passaram a dominar o mercado do ensino primário, mas o ensino secundário e o ensino superior ainda eram ocupados por professores homens (FERNANDES, 2019).

Além disso, congressos das décadas de 1920 e 1930 como a Conferência pelo Progresso Feminino e o Congresso Internacional Feminista, que tinham como pauta principal o sufrágio, levantaram questões como a necessidade de um pavilhão feminino na Casa do Estudante do Brasil, a moradia estudantil da UFRJ. Também, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino fundou a União Universitária Feminina, que, em 1961, passou a se chamar Associação Brasileira de Mulheres Universitárias (MOTTA, 2014).

Essas movimentações da mulher “do lar” para a mulher que estuda e trabalha da primeira onda foram traduzidas mais claramente na segunda onda, quando se tornaram pauta principal. Segundo Guedes (2008), foi apenas nos 1970 que, com o aumento da demanda feminina pelo ensino superior e o acesso ao ensino normal, que oportunizou a conclusão do colegial pelas mulheres, houve um crescimento mais significativo das mulheres nas universidades.

A tradição da universidade como um espaço masculino foi marcadamente rompida na década de 1970, quando a entrada feminina nesse reduto foi tão intensa que, já no Censo Demográfico de 1980, as mulheres de 25-29 anos com nível universitário eram 5% - porcentagem superior à masculina no mesmo grupo etário (GUEDES, 2008, s/p).

A partir disso, passa a ocorrer um crescimento constante das quantidades de mulheres nas universidades. Se nos anos 1970 as mulheres integravam 25% do corpo estudantil, no ano de 2000 as mulheres chegam a ultrapassar a quantidade de discentes universitários homens, compondo 53% do alunado (08). Logo, é possível perceber que a segunda onda feminista foi

fundamental para mudar o cenário nacional que restringia o ambiente público como exclusivamente masculino.

Ainda na segunda onda, em 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que escreveu uma Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, em que reclamaram por todos os direitos civis, políticos e sociais iguais para ambos os gêneros⁴, além de abranger formas de combate a algumas formas de violências sofridas por mulheres (RIBEIRO, NOGUEIRA E MAGALHÃES, 2021). Com a maior parte de suas demandas atendidas, a segunda onda se encerra com a promulgação da Constituição de 1988.

A terceira onda, ou “pós-feminismo”, foi marcada pelo pós-estruturalismo, pelo pós-colonialismo, pela tentativa de combate ao essencialismo e pela compreensão de uma condição culturalista de gênero. Com indagações sobre o próprio conceito de gênero — distinguindo-o da ideia de sexo —, esse período do feminismo carrega questionamentos sobre pautas identitárias, problematizando temas como o binarismo de gênero e a heteronormatividade. O feminismo da terceira onda passou a enxergar diversos grupos até então excluídos nas primeiras ondas. Judith Butler (2003, p. 22), precursora da teoria *queer*, aponta que

Talvez exista, na presente conjuntura político-cultural, período que alguns chamariam de pós-feminista, uma oportunidade de refletir a partir de uma perspectiva feminista sobre a exigência de se construir um sujeito do feminismo. Parece necessário repensar radicalmente as construções ontológicas de identidade na prática política feminista, de modo a formular uma política representacional capaz de renovar o feminismo em outros termos.

Desse modo, é possível perceber um questionamento no sentido do próprio feminismo e como ele serve às estruturas de poder. A terceira onda, portanto, surge como forma de resistência a hierarquias dominantes que inserem as mulheres, em especial mulheres que se encontram à margem do movimento feminista, em posição de subjugação. Foi nessa fase do movimento – ocorrido em períodos simultâneos no Brasil e nos EUA – que surgiu uma preocupação com a interseccionalidade, termo galgado pela ativista negra⁵ Kimberlé Crenshaw em 1989⁶ para compreender como o feminismo pode funcionar de maneiras diferentes para

⁴ A segunda onda, que ainda não incluía os diversos grupos marginalizados, lutava contra o binarismo de gênero. Apenas com a terceira onda essa pauta passou a ser mais amplamente discutida.

⁵ Faz-se importante especificar a etnia da estudiosa devido ao apagamento de mulheres negras nos movimentos feministas, principalmente por se tratar da precursora de uma concepção que analisa as distintas ramificações que os movimentos têm quando se referem a raça, classe, gênero e sexualidade.

⁶ Posto que Kimberlé Crenshaw tenha sido a primeira a utilizar o termo, a ideia de que o gênero não estaria isolado das outras formas de dominação já estava presente em diversos outros estudos anteriores ao movimento da terceira onda, ainda que não tenham tido um alcance tão abrangente quanto a partir da década de 1990. Há trabalhos que falam da mulher negra já no século XIX, como é o caso do já mencionado “Ain’t I A Woman?”.

mulheres negras, indígenas, asiáticas, latinas, LGBTQIA+s, pobres ou praticantes de religiões que não predominam em seus respectivos países em relação ao feminismo branco.

As mulheres em geral na sociedade ocidental são submetidas a variados tipos de dominação masculina, mas parece haver camadas mais profundas em grupos que estão sujeitos a múltiplas dominações, de modo que estes carregam consigo uma série de desvantagens que mulheres brancas, héteros, cisgêneros e ricas não experimentam. Assim, parece haver uma invisibilização entre as mulheres que carregam múltiplas formas de dominação.⁷

A indissociabilidade entre gênero e raça já existia no discurso feminista negro entre os anos 1970 e 1980 no Brasil, no entanto, esses movimentos se institucionalizaram por meio do essencialismo, em que as pautas de raça não eram prioridades para o movimento feminista e tampouco as questões de gênero apresentavam alguma centralidade nas lutas antirracistas da época. Foi apenas no Congresso de Mulheres Brasileiras, 1975, que Lélia Gonzalez — uma das pioneiras do feminismo negro no Brasil, cujos trabalhos já criticavam a separação entre feminismo e movimento negro — e outras ativistas negras apresentaram o Manifesto das Mulheres Negras que ocorreu o primeiro posicionamento formal das feministas negras (RODRIGUES e FREITAS, 2021).

Rodrigues e Freitas (2021) ainda destacam o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, que ocorreu em Bertioga (SP) em 1985, cujos temas principais eram feminismo e racismo. O evento causou comoção devido a um grupo de mulheres negras periféricas do Rio de Janeiro, que acamparam em frente ao hotel onde ocorria o congresso, alegando não ter dinheiro para a compra dos ingressos e foram impedidas de participar. Esse evento gerou uma comoção entre as feministas negras, que passaram a cogitar a criação de um movimento independente no I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em 1988, no Rio de Janeiro, que culminou na criação de um importante periódico, o *Nzinga Informativo*.

A partir da década de 1990, com a terceira onda, que, no Brasil, ocorre durante o período da redemocratização, a compreensão sobre o gênero como interseccional a questões de sexualidade, raça e classe ocorre mais veementemente, sendo abrangido, inclusive, pelos

de Sojourner Truth, e outros que se dedicam exclusivamente a falar sobre os diferentes recortes nos movimentos de gênero, como ocorre em “Gênero, Raça e Classe”, de Angela Davis, em 1981. Collins (2017) ainda aponta que Crenshaw, embora tenha sido a primeira a utilizar o termo, estava menos preocupada com a origem da interseccionalidade do que em demonstrar como os limites estruturais e simbólicos da interseccionalidade se deslocaram ao longo dos anos 1990, devido à aproximação do termo com a academia.

⁷ A partir da concepção de interseccionalidade, Patricia Hill Collins (2016) elabora a ideia de *outsider within*, em que aponta que alguns indivíduos podem se encontrar em posição de marginalização em determinados grupos aos quais estão inseridos. Quando se fala em feminismo, as mulheres negras podem ganhar o status de “outsiders within”, pois, ao mesmo tempo em que são mulheres e estão sofrendo violências de gênero, elas se encontram invisibilizadas em seu próprio grupo devido a seu aspecto racial.

estudos acadêmicos. Embora não haja um consenso sobre o fim da terceira onda — ainda há teóricos que apontam que a terceira onda não tenha terminado —, já se fala sobre uma quarta onda, marcada por um ciberfeminismo, que popularizou as diversas ramificações do feminismo na internet, massificando diversas lutas coletivas (RIBEIRO, NOGUEIRA e MAGALHÃES, 2021).

Heloísa Buarque de Hollanda (2018) defende a quarta onda como uma “explosão feminista”, como intitula seu livro, devido ao acesso às redes sociais, que geraram amplo ativismo político e manifestações de rua. Essa fase do feminismo — mesmo que tenha ocasionado vertentes divergentes, como é o caso do feminismo liberal — ainda inclui as pautas de interseccionalidade presentes na terceira onda, mas, agora, encontram-se ainda mais difundidas e, com os processos de mundialização, reverberam amplamente ao redor do planeta. Dentre os movimentos que marcam a quarta onda no Brasil, pode-se citar a Marcha das Vadias, as Jornadas de Junho de 2013 e a Primavera Feminista.

2.2 A violência de gênero e a política

Simone de Beauvoir⁸ (1970, p. 10), ao criticar a posição da hegemonia masculina na sociedade, afirma que “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro.” Na forma como a sociedade se constitui, o homem funciona como régua, em que tudo se define a partir de sua condição de centralidade, enquanto o feminino é o segundo sexo, o desviante. Beauvoir aponta que o homem é tido na posição de neutralidade, ao mesmo tempo que a mulher é vista como particular, sempre específica; o masculino se torna a norma, o sujeito universal.

Uma das principais contribuições de Beauvoir, que se faz fundamental e perdura na atualidade, consiste na separação entre as definições de gênero e sexo. Quando ela formula a ideia de “tornar-se mulher”, em contraposição a um “ser mulher” determinado pelas condições biológicas, Beauvoir apresenta uma concepção de que não basta, para ser mulher, nascer, pois as condições que definem o “ser mulher” somente se desenvolvem na vivência e estão condicionadas ao que é definido pelo homem e pelo que é ser homem, assim como essa relação se inscreve sempre em determinadas condições históricas e sociais de existência.

⁸ A mobilização de Beauvoir ocorre em função de sua preocupação histórico-filosófica, apresentando uma forte sensibilidade sociológica.

Em uma perspectiva semelhante à percepção de Beauvoir, a cientista política Tássia Rabelo de Pinho (2020, p. 2-3) busca definir a concepção de gênero como uma construção social. Ela afirma que

poderia, de maneira sintética, ser definido como um conceito que expõe que características apresentadas como femininas ou masculinas tratam-se, na verdade, de construções sociais e que, portanto, sofrem alterações em diferentes culturas e períodos históricos. Ao afastar qualquer tipo de essência que determine o que cada gênero é, não afirma a inexistência de diferenças de conformação biológica, mas sim que estas não definem e muito menos explicam o modo como as pessoas agem no mundo.

A maneira como os indivíduos se comportam, portanto, consiste em um processo fabricado socialmente que naturaliza dominações cotidianas que se dão simbolicamente na sociedade, priorizando um gênero em detrimento de outro. A partir disso, a socióloga Mary Holmes (2007), na mesma linha das autoras acima, destaca uma separação conceitual entre sexo e gênero para compreender como se dão as violências de gênero: enquanto o sexo se refere às diferenças biológicas, o gênero se refere às diferenças socialmente construídas entre ser feminino e ser masculino, simbolizando uma dominação masculina que não é natural. Essa dominação de gênero resulta, portanto, das condições materiais e estruturas sociais nas quais as mulheres vivem.

A desigualdade entre homens e mulheres é uma questão antiga, que se dava pela divisão sexual do trabalho, cujas funções sociais da mulher ocorriam pela procriação e pelas atividades domésticas. Por muito tempo as mulheres não podiam estudar, nem trabalhar fora de casa, levantando questões como a dualidade entre os ambientes privados e públicos. Na esfera pública, um dos ambientes que chamam atenção é o do âmbito político, que até hoje pode ser considerado um ambiente masculino, visto que, ainda que tenha passado a existir a presença de mulheres na política, ainda é possível perceber uma substancial desigualdade quanto às suas atuações político-eleitorais. Nesse sentido, há uma passagem da dominação masculina para o meio institucional e político.

Mota e Biroli (2014, p. 204), em um viés beauvoiriano, destacam que

Justamente pelo viés de gênero inegável em uma política historicamente habitada por homens, a imagem, a voz, o gestual, as experiências e perspectivas desses homens – que não são quaisquer homens, mas são em sua ampla maioria brancos e de estratos socioeconômicos privilegiados – tendem a ser apresentadas como “neutras”. O que delas difere aparece como desviante e, como tal, suscetível a maiores constrangimentos simbólicos e materiais. Como participantes “naturais” do mundo da política, os homens precisam de

menor esforço para que sejam vistos como merecedores de posições, como competentes para o exercício dos cargos.

Desse pensamento é possível depreender um cenário de desigualdade entre homens e mulheres. Um exemplo disso é como a ex-presidente Dilma detém os mencionados gestuais, voz, imagens, experiências e perspectivas “masculinizados”, que, enquanto mulher branca, funcionaram como uma espécie de “pré-requisito” de entrada em um mundo predominantemente masculino. Isso ocorre porque, se uma mulher é tida como menos competente que um homem para exercer um mesmo cargo no mundo da política, parece haver um estado de dominação que leva a microagressões na experiência de trabalho das mulheres e limitam seu acesso ao ambiente parlamentar e ao trabalho na esfera pública.

O pertencimento “natural” do homem à esfera pública reforça sua posição hierárquica vantajosa na esfera privada. Para a mulher, a história é bem distinta. Mesmo para as mulheres de classes econômicas privilegiadas, que foram resguardadas da dura combinação entre a responsabilidade pela vida doméstica e longas jornadas de trabalho precário e mal-remunerado, “reinar” em casa nunca significou livre acesso a posições de poder na esfera pública. (MOTA e BIROLI, 2014, p. 206)

Constata-se, portanto, a presença de violências que decorrem tanto do ambiente doméstico quanto das esferas públicas. Contudo, ainda é comum que, quando se fale em violência contra a mulher, o imaginário social seja levado para o campo da vida privada, para os cenários familiares e, mesmo nessas situações, as discussões só ganharam destaque no Brasil no início do século XXI, com a promulgação da Lei Maria da Penha, que tornou crime a violência doméstica. A violência política de gênero, por conseguinte, é naturalizada e, muitas vezes, não chega nem mesmo a ser vista como violência (PINHO, 2020).

É nessa direção que se faz importante apontar uma perspectiva normativa que complementa a perspectiva teórica-analítica, pois a definição e categorização do que a esfera jurídica vai chamar de “violência política” pode contribuir no entendimento das formas de atuação da dominação no ambiente parlamentar. Para isso, entretanto, deve ser considerado que tal ótica, por vezes, apresenta uma tensionamento com a aproximação sociológica, pois, ainda que haja certa afinidade de conotações, a dominação masculina presente no campo político nem sempre pode ser tida como uma violência propriamente dita, mas consiste em disposições sutilmente reproduzidas nas estruturas da ordem social.

O campo jurídico busca uma definição que ele vai chamar de “violência política de gênero”, que, segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, daria-se

pela “agressão física, psicológica, econômica, simbólica⁹ ou sexual contra a mulher, com a finalidade de impedir ou restringir o acesso e exercício de funções públicas e/ou induzi-la a tomar decisões contrárias à sua vontade.” (BRASIL, 2020). O referido Ministério também informa que a violência política contra a mulher inclui “as eleitas, as candidatas aos cargos eletivos, as ocupantes de cargos públicos, as dirigentes de conselhos de classe, de empresas estatais e das entidades de representação política.” (BRASIL, 2020).

A violência política de gênero, portanto, trata-se de diferentes tipos de violência que funcionam como tentativas de deslegitimação da atuação da mulher na esfera política. Portanto, a tabela a seguir se utiliza de exemplos práticos de como tais agressões podem estar presentes no cotidiano das candidatas, parlamentares e líderes públicas, enquadrando diferentes tipos de violência contra a mulher em seus respectivos subtipos, como referido no quadro 1.

Quadro 1 – Subtipos de violência política de gênero e exemplos concedidos pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (BRASIL, 2020)

Subtipos	Exemplos de Violência Política de Gênero
Violência Física	Empurrar; Bater; Esbofetear; Jogar objetos.
Violência Psicológica	<ul style="list-style-type: none"> ● A interrupção frequente de fala em ambientes políticos; ● A evidente dispersão dos interlocutores; ● A clara sinalização de descrédito; ● Desqualificação: induz a pensar que não possui competência para a questão; ● A classificação da mulher como histérica; ● A difamação; ● A intimidação: que inclui agressividade de gestos e palavras; ● As ameaças.
Violência Econômica	<ul style="list-style-type: none"> ● Quando os recursos do fundo partidário são destinados de forma desproporcional, excluindo mulheres da distribuição.

⁹ A violência simbólica referida na perspectiva de violência política de gênero do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos se dá pela utilização de um termo para representar a ideia de violências através de estereótipos, não estando, necessariamente, atrelada à concepção de “violência simbólica” de Pierre Bourdieu que será discutida no próximo capítulo.

Violência Sexual	<ul style="list-style-type: none"> • Quando ouvimos comentários relacionados ao corpo da mulher, sensualizando e estereotipando; • Assédio sexual.
Violência Simbólica	<ul style="list-style-type: none"> • A inexistência de banheiro feminino no plenário do Senado Federal até 2016; • Falta suporte para as mães, berçários e regras regimentais relacionadas à licença maternidade no Congresso Nacional.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, João Pessoa, 2022.

É nesse sentido que a utilização do termo “violência política de gênero”, ao aludir a uma dimensão jurídica, afasta-se — ao mesmo tempo, sem perder sua relevância e complementariedade, uma vez que a separação das formas de violência em subtipos se faz necessária para categorizar as formas de dominação a que as mulheres estão acometidas — do debate sociológico. Para tanto, este trabalho perpassa pela análise das diversas formas de dominação masculina com foco na perspectiva bourdieusiana, relacionando a ideia de violência contra a mulher à dominação masculina¹⁰ e ao poder simbólico — concepções que serão aprofundadas no próximo capítulo — presentes nos espaços públicos.

Viana e Sousa (2014, p. 157) afirmam que “a mulher é vista como objeto ou símbolo cuja atribuição, no terreno das trocas simbólicas, é manter o capital simbólico que se concentra em benefício das forças de dominação, a fim de perpetuar o poder dos homens”. Logo, ao discutir violência contra a mulher na esfera pública, faz-se necessário adentrar à sociedade brasileira a partir da institucionalidade política.

Quando se fala no reduzido número de mulheres na política brasileira, faz-se necessário apontar a instituição de cotas eleitorais por sexo. Miguel e Feitosa (2009) afirmam haver uma inefetividade das cotas brasileiras. Existe um número significativo de candidatas que não chegam ao Parlamento e a maioria dos partidos não são punidos quando não preenchem o número necessário estabelecido pelas cotas. Nesse sentido, houve um crescimento muito tímido da participação feminina no Poder Legislativo brasileiro desde a instituição dessa medida. Apesar disso, é importante afirmar que, embora essa política apresente pouca eficiência, ela é

¹⁰ A escolha da não utilização do termo “patriarcado” ocorre devido a uma diferença entre o termo e “dominação masculina” apontada por Miguel (2014). O termo patriarcal seria apenas uma manifestação de dominação masculina e estaria vinculado a um período histórico absolutista, não ao período democrático atual. Trata-se de um formato mais explícito de dominação, de modo que, na sociedade atual, a dominação se encontra de forma mais estrutural, quase sutil.

um passo importante para que, paulatinamente, possa haver uma mudança mais significativa na representatividade das mulheres na esfera política.

Como vimos anteriormente, a violência de gênero sempre esteve presente na esfera política, mesmo antes da inserção da mulher nos ambientes parlamentares, visto que a própria exclusão no referido âmbito também pode representar uma forma de violência. Além disso, a dominação masculina no ambiente político é uma questão naturalizada na sociedade, que, até pouco tempo atrás, era pouco discutida e problematizada. Mesmo atualmente, as discussões acerca do tema ainda carecem de amplitude, ganhando expressividade de forma bastante paulatina. Um exemplo disso é como apenas em 2021 foi estabelecida uma legislação no Brasil que denuncia a “violência política” contra a mulher, a Lei Nº 14.192, de 4 de agosto de 2021.

Dessa forma, faz-se necessário enunciar que a dominação de gênero na esfera pública primeiro era dada a nível implícito. A mulher tinha o papel designado à vida privada enquanto o homem era, e ainda é, apontado como detentor das principais posições de poder, a partir de estruturas sociais que determinam a sociedade como masculina. Logo, as desigualdades de gênero, como construções sociais, precisam ser desnaturalizadas, para que seja possível que as mulheres possam ter iguais condições de acesso aos espaços públicos, sem que sofram opressões. Bourdieu (2002) aponta que o feminino está para o privado assim como o masculino está para o público; a exterioridade e atividade está para o masculino assim como o “bela, recatada e do lar” está para o feminino.

Além disso, é fundamental afirmar que a dominação masculina no espaço político não decorre apenas de outros parlamentares contra mulheres que atuam na política, mas pode advir da própria sociedade, de grupos religiosos, da família e da mídia. Para esclarecer a lógica da dominação masculina, decorrente de práticas exercidas no mundo objetivo que se reproduzem subjetivamente, cita-se a violência de gênero como resultado de um processo de dominação do qual é possível resultar na esfera criminal.

Logo, a violência de gênero pode ocorrer desde antes mesmo das candidaturas, com uma divisão sexual do trabalho que determina o ambiente político como masculino, pode se desenrolar mesmo quando apenas uma minoria é eleita comparada à quantidade de homens, quando elas não preenchem as cotas de quantidade mínima de mulheres na participação dos partidos, quando dentro do Congresso não ocupam os principais cargos, dentre outras formas que reafirmam um sistema de sub-representatividade feminina no ambiente político ou que utilizem de violências, sejam psicológicas, sejam simbólicas, sejam físicas ou mesmo sexuais e econômicas.

Logo, abordar as leis que instituem ou instituíram as ações afirmativas para as mulheres no ambiente político-eleitoral é imprescindível para uma perspectiva histórica que possa levar à compreensão da situação em que a desigualdade com relação a gênero nos poderes executivos e legislativos se encontra atualmente, principalmente em função da juventude de tal legislação. Dessa forma, é possível perceber na legislação brasileira acerca da participação da mulher na política a profundidade das formas de violência sofridas, que, mesmo antes da reprodução da violência às mulheres que já estão nos cargos políticos, a sociedade buscou impedir que elas pudessem sequer chegar ao Congresso.

A primeira legislação com o intuito do crescimento da participação feminina na política do país se deu pela Lei 9.100, de 29 de setembro de 1995, também conhecida como “Lei das Cotas”, que instituiu que 20% das candidaturas dos partidos ou coligações deveriam ser direcionadas às mulheres. Entretanto, essa regulação servia apenas para as Câmaras Municipais.

A segunda legislação se deu apenas dois anos depois, com a Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, a “Lei das Eleições”, que aumentou as cotas de 20% para 30% de mulheres dentre as candidaturas dos partidos ou coligações e estendeu tal política para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Estaduais, de modo que apenas o Senado não incluía a ação afirmativa. Todavia, tal legislação incidia apenas sobre a reserva das vagas, de modo que, caso o partido não elegeisse mais de 70% de suas vagas para os homens, as mulheres não precisavam completar os 30% das candidaturas, desde que o partido as reservasse o percentual da quantidade total de vagas, ou seja, o partido ou coligação poderia não eleger nenhuma mulher, pois a lei conformava que a incidência das cotas atuava apenas sobre as candidaturas e não sobre o preenchimento das vagas para mulheres eleitas.

Oito anos depois, foi sancionada a Lei 12.034, de 29 de setembro de 2009, que tornava obrigatório o preenchimento de 30% das vagas para as candidaturas das mulheres. Já em 2015, a Lei 13.165, de 29 de setembro de 2015, instituiu uma Reforma Política que determinaria que parte do financiamento do Fundo Partidário deveria ser destinado às campanhas das mulheres. Entretanto, a lei foi bastante limitante, pois estabeleceu um teto de 15% desses fundos para suas campanhas, formalizando a desigualdade de gênero na política, uma vez que aos candidatos homens seria destinada uma quantidade muito maior de verbas.

Ainda, a Emenda Constitucional nº 97, de 4 de outubro de 2017, vedou as coligações partidárias no sistema eleitoral proporcional, de modo que cotas de 30% não podem mais ser preenchidas pela união de partidos, apenas por federações e por cada partido individualmente. Por fim, em 2022, foi implementada a Emenda Constitucional nº 117, originária da PEC 18/21,

que direciona, no mínimo, 30% dos recursos do Fundo Eleitoral e, pelo menos, 30% do tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão para as candidaturas de mulheres.

A quantidade de mulheres no Congresso Nacional ainda é bastante desproporcional frente à presença masculina. Não obstante, cada uma das leis citadas são fundamentais para dar seguimento em direção a um parlamento que represente a população, uma vez que, de acordo com o IBGE, mulheres representam mais de 51% da população nacional. Para demonstrar a necessidade de crescimento da participação feminina nas esferas legislativas e executivas do país, é importante mencionar que, dentre o percentual de deputadas federais eleitas em 2022, pela primeira vez, duas eram trans, sendo uma transexual e uma travesti – Erika Hilton (PSOL-SP) e Duda Salabert (PDT-MG). Esse é um avanço bastante significativo no sentido de um Congresso mais diversificado e inclusivo, capaz de representar grupos minoritários anteriormente invisíveis e com uma presença quase inexistente, uma vez que se trata de um evento inédito. Também, foram eleitas 4 indígenas e, enquanto em 2018, dentre as mulheres, 17% eram negras, este ano, esse número aumentou para quase 32%.

Apesar disso, a partir de dados coletados do TSE, é sabido que no primeiro turno das eleições de 2022 foram eleitas 302 mulheres, contra 1394 homens dentre Senado, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e governos estaduais, um número ainda pouco expressivo. Embora o total de candidatas ao Senado Federal tenha aumentado, a quantidade de eleitas diminuiu: das 27 cadeiras disponíveis, apenas 4 foram preenchidas por mulheres. Dentre as deputadas federais, o número de eleitas foi maior que em 2018 e a bancada em 2023 será de 91 mulheres, mas ainda representa uma soma de 17,7% do total de deputados eleitos para a Câmara de Deputados. Na disputa ao cargo de deputados estaduais, apenas 2 a cada 10 eleitos foram mulheres. Já na corrida presidencial, houve um recorde de candidatas mulheres: Soraya Thronicke (União Brasil), Simone Tebet (MDB), Vera Lúcia (PSTU) e Sofia Manzano (PCB). No entanto, os dois candidatos que foram ao segundo turno — Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Messias Bolsonaro (PL) — eram homens.

Em vista de um cenário tão desigual para com a mulher no ambiente político, as eleições de 2010 representaram um marco histórico e um importante avanço para o Brasil: a economista Dilma Vana Rousseff (PT) foi eleita a primeira e, até o momento, única presidente mulher da história do país. Logo, o que fizemos até agora foi sedimentar e preparar o caminho, tanto por sua importância histórica como sociológica, de uma análise da violência de gênero na esfera pública a partir das capas da revista “IstoÉ” e das manchetes do “Estadão”, no ano de 2016, durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, numa tentativa de compreender como o problema de gênero atuou para sua consolidação por meio da mídia e do

jornalismo. Se estes não foram os únicos agentes do processo, foram centrais na construção de uma narrativa semiótica para sua consecução.

2.3 O golpe de 2016 e a reação conservadora

A história ainda vai dizer quanto de violência, quanto de preconceito contra a mulher, tem nesse processo de *impeachment* golpista. Nós sabemos o quanto existe de misoginia, de machismo em algumas visões. Mas nós vamos reafirmar a nossa perspectiva de gênero. Nós sabemos que um dos componentes desse processo tem como base o fato de eu ser a primeira presidenta eleita pelo voto popular do Brasil. A história vai mostrar como o fato de eu ser mulher me tornou mais resiliente, mais lutadora. (DILMA ROUSSEFF, 2016, Discurso para a abertura da 4ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres).

A segunda metade do primeiro governo de Dilma Rousseff foi marcada por uma série de movimentos de rua que se iniciaram no ano de 2013. Essas manifestações estrearam com o pretexto da reivindicação contra o aumento das tarifas de ônibus, em São Paulo. Posteriormente, o Movimento Passe Livre, protagonizado pela esquerda, expande-se a nível nacional, difundindo-se também em grupos de direita, de forma que as pautas das Jornadas de Junho de 2013 se tornaram bastante difusas e heterogêneas.

Apesar disso, é fundamental apontar que as manifestações de 2013 trataram do início de um período de ascensão da extrema-direita, que iniciou o processo o qual, alguns anos depois, resultaria na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Isso apenas levando em conta o aspecto conjuntural, pois esse quadro já vinha sendo construído estruturalmente mesmo em um contexto de avanços da esquerda no início dos anos 2000, e de transformações estruturais anteriores. Segundo o sociólogo Thiago Panica Pontes (2020, p. 36),

É, com efeito, sobre essa condição histórico-estrutural que incide, e a partir de suas próprias contradições e desenvolvimentos cumulativos que emerge, uma confluência de inflexões, de força e temporalidade relativamente autônomas, mas que constituem o espaço de possíveis no seio do qual é preciso ressituar, em sua significação histórica e em seus limites objetivos, o conjunto de reformas conduzidas pela ação estatal a partir das eleições de 2002. Se por um lado é preciso ter em conta que essas inflexões não representam de modo algum uma ruptura com o padrão conservador de modernização predominante no país, originando-se, pelo contrário, das contradições inerentes à sua dinâmica expansiva, por outro, é preciso reconhecer que seus efeitos são de grande importância, além de indissociáveis do que ocorre no conjunto das formações sociais periféricas na atual intensificação do processo de mundialização.

Os governos petistas, portanto, ao mesmo tempo que valorizaram a dimensão social, por meio de investimentos em políticas e programas públicos, promovendo maior proteção social para a população não romperam com os padrões de inserção internacional periférica, e mesmo orientações macroeconômicas neoliberais herdadas dos anos 1990, mantendo a estrutura conservadora do país, que veio a ser fortalecida após as manifestações de 2013 e a partir dos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Esse avanço da extrema-direita, embora tenha uma construção própria nacional, está também inserido em um contexto mundial, cujo autoritarismo conservador ganhou força em diversos países do mundo, como ocorreu com os governos de Donald Trump nos Estados Unidos e mais recentemente de Giorgia Meloni na Itália. O cenário brasileiro conservador não está isolado, pelo contrário, parece reproduzir uma tendência global de contrarreforma que vem se consolidando não apenas nos poderes executivos em diversos países, mas entre a própria população. Tais líderes políticos ascenderam em governos populistas porque tiveram apoio popular que legitimou seus cargos mesmo quando seus discursos e decisões governamentais flertavam com o fascismo.

No Brasil, os recentes atos populares que percorrem o país pós-eleições de 2022, com a derrota de Jair Bolsonaro, são nada menos que antidemocráticos, uma vez que questionam, sem embasamento concreto e, na verdade, essencialmente em *fake news*, o resultado das urnas eletrônicas e pedem intervenção militar. Entretanto, esse avanço conservador entre a população não ocorreu apenas com o governo de Bolsonaro. Em 2014, as eleições foram bastante polarizadas entre os candidatos Aécio Neves, de centro-direita, e Dilma Rousseff, de centro-esquerda, levando-a a um governo repleto de fragilidades que culminaram em seu *impeachment*. E, em 2016, o golpe que depôs Dilma foi legitimado segundo as pesquisas de opinião pela maior parte da população, que apoiou o seguimento do processo de *impeachment* nas instâncias da Câmara e, em seguida, do Senado Federal.

A participação popular no crescente conservadorismo pode ser contextualizada a partir do momento histórico em que o país estava vivendo. Nessa direção, Pontes (2020) explica sobre a conjuntura a partir de uma ampla geração de empregos que se estabeleceu como resultado de uma sociedade que passava por um processo de desindustrialização devido à consolidação de um capitalismo de serviços unido aos avanços sociais dos governos petistas, que proporcionou o acesso de grupos periféricos a trabalhos assalariados que lhes garantia uma série de direitos, proteção social por meio de programas de transferência de renda e políticas públicas sociais e um maior capital econômico. Além disso, consolida-se também uma expansão da institucionalidade escolar, pela qual o ensino fundamental manteria sua tendência à

universalização, haveria uma crescente participação no ensino médio e um maior acesso ao ensino superior, este que ocorre sobretudo em função de programas como o PROUNI e o FIES, que tiveram grande alcance a partir do governo de Lula.

Surge nesse período o questionamento acerca de uma emergência de uma nova classe média, contudo, Jessé Souza (2012) aponta que não se trata de uma ascensão de classes, mas um deslocamento dentro da própria classe pobre, ao que ele vai chamar de “batalhadores”, uma subdivisão da classe trabalhadora (fração de classe), que não é parte da “ralé” e do grupo mais paupérrimo de sua classe, mas ainda não se encontra com as mesmas condições da classe média, ainda que tenha aumentado seu poder econômico. Os batalhadores, então, não têm o mesmo volume de capital cultural da classe média, mas, constantemente, encontra-se com expectativas para um futuro melhor, a partir de um pensamento prospectivo, embora suas chances de ascender de fato sejam baixíssimas, uma vez que não têm as mesmas condições da classe média de estudar sem precisar trabalhar, seu trabalho costuma ser intenso e precarizado, de maneira a experienciar constantemente a vulnerabilidade e sua origem familiar costuma ser bastante pobre, não tendo apoio financeiro externo da família.

Esse novo acesso dos “batalhadores” aos capitais econômico e cultural determinam uma série de insatisfações devido à perturbação de uma ordem social de desigualdades há muito tempo estabelecida. O descontentamento de uma parcela da sociedade com esses avanços dos trabalhadores unido ao desagrado da classe política no Congresso com um longo governo de esquerda com pautas que divergem do pensamento tradicional conservador constituem crises políticas e sociais no país que viabilizaram o golpe de 2016. É nesse sentido que,

Aos poucos, a política institucional e partidária e os ‘políticos’ em geral gradualmente canalizam, como alvo palpável e facilmente intelectível, a insatisfação que era até então mais afetivamente compartilhada do que discursivamente elaborada e unificada, o que resulta, por exemplo, na brusca emergência de uma onda de rejeição a então presidenta Dilma Rousseff. (PONTES, 2020, p. 41)

Essa rejeição à ex-presidente Dilma não surge apenas devido à conjuntura em que o Brasil e o mundo se encontravam, mas fora resultado de um planejamento e de interesses da classe dominante numa tentativa de viabilizar o desmonte de direitos sociais, a partir de articulações dos setores empresariais, evangélicos e do agronegócio com as redes sociais, com a inserção nas comunidades, nas universidades e entre os jovens, além de disputas eleitorais locais, dentre outras (SOUZA e SITCOVSKY, 2020). Logo,

A conjuntura política e econômica do país se deteriorou rapidamente e uma aliança formada por setores do Congresso Nacional, da grande mídia em colaboração com o judiciário, do empresariado militante e lideranças evangélicas radicalizadas, desencadeou um movimento que culminou com o *impeachment* de Dilma Rousseff. As mobilizações alimentadas pelas denúncias de corrupção, ancoradas nos apelos da Operação Lava Jato, acrescentaram um teor de massas para a consolidação do bloco de extrema-direita. Milhares de pessoas foram às ruas, manifestando um conjunto de reivindicações reacionárias, conservadoras, antipetistas, anticomunistas, com marcas de racismo, xenofobia e misoginia, com ataques à democracia, aos direitos humanos, sociais e trabalhistas. Esse processo ensejou terreno fértil para o “bolsonarismo”, pautado desde a gênese pela obscura figura do astrólogo e *youtuber* Olavo de Carvalho e seus asseclas. (SOUZA e SITCOVSKY, 2020, p. 194).

Se o legislativo teve papel fundamental na aprovação do *impeachment*, o judiciário também teve uma parcela de responsabilidade na construção do golpe, devido à sua participação na Operação Lava Jato, que, criada com o intuito de combater a corrupção e a lavagem de dinheiro na Petrobras, foi apontada como parcial e “fruto das disposições dos agentes jurídicos envolvidos fundamentadas por preferências políticas determinadas e orientadas para a substituição das soluções políticas por soluções de outra natureza” (SANTIAGO, 2020, p. 14).

A associação da Operação Lava Jato à imagem de Dilma, Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT), por meio da utilização da mídia e do jornalismo movidos pelos interesses de uma classe empresarial dominante, resultou em uma visão de corrupção que estaria intrínseca ao partido petista por parte da população brasileira. Ainda que o país carregue uma cultura de reprodução da frase de que “todo político é corrupto”, a mídia da década de 2010 foi essencial para a percepção que grande parte do povo tem até os dias atuais de que quaisquer parlamentares associados ao PT são criminosos: deu-se a formação do famigerado “sentimento antipetista”.

Em uma das capas mais difundidas da revista *Veja* no ano de 2014 como campanha publicitária antipetista às vésperas das eleições, são colocados em evidência os rostos de Lula e Dilma, cuja manchete afirma “Eles sabiam de tudo”, em uma tentativa de afirmar que ambos seriam cúmplices da corrupção na Petrobras denunciada na Operação Lava Jato. A revista tinha claros interesses políticos: a capa, lançada em outubro de 2014, período de campanha presidencial para o segundo turno das eleições que ocorriam naquele ano, buscava contribuir com uma possível vitória de Aécio Neves ao cargo de presidente do Brasil. Como isso não ocorreu, recorreram à saída da então presidente por outras vias, o *impeachment*.

Imagem 1 – “Eles sabiam de tudo”



Fonte: Revista Veja, edição nº 2397, de 23 de outubro de 2014.

A mídia, da qual a Veja não representa senão o caso talvez mais emblemático, teve uma importância primordial na deposição de Dilma Rousseff. Logo, em congruência com o conservadorismo das ruas, que passara a se utilizar de diversas formas de discriminação em oposição ao progressismo inclusivo da esquerda, a mídia manipulou diversos elementos de tons acusatórios à figura da ex-presidente para fortalecer a posição de oposição ao governo das massas. Com esse intuito, um dos principais instrumentos de geração do antipetismo e do sentimento anti-Dilma se deu pela violência de gênero, que foi, ao mesmo tempo, tema das pautas conservadoras e método de degradação da imagem da presidente.

A crescente misoginia utilizada pelos principais jornais e revistas do país atuou como um importante meio para a concretização do golpe que depôs Dilma. Não obstante, o Brasil não foi único nos ataques misóginos às suas principais líderes do Executivo. As ex-presidentes Cristina Kirchner, da Argentina, Michelle Bachelet, do Chile, e Laura Chinchilla, da Costa Rica, também foram alvos de uma série de representações midiáticas e jornalísticas repletas de violências simbólicas e contra a mulher. Mas essas caricaturas não foram as únicas. Fora da América Latina, as ex-primeiras-damas dos Estados Unidos, Hillary Clinton e Michelle Obama, e a ex-chanceler da Alemanha, Angela Merkel, esta que, diferente das mulheres supracitadas, posicionando-se numa coalização de centro-direita, também foram amplamente atacadas no aspecto de gênero. Diversas líderes políticas ao redor do mundo foram cerceadas pela mídia e pelo jornalismo devido à sua “condição de existência como mulher”, como coloca Beauvoir (1970).

Talvez um dos retratos mais violentos feitos contra uma líder mulher tenha sido o da capa da revista “Notícias”, da Argentina, em 2012, quando utilizaram uma caricatura de Cristina

Kirchner estampando um orgasmo sexual, cujo título da matéria afirmava “El Goce de Cristina”, ou “O Gozo de Cristina” em português, e o subtítulo ainda declara que ela “se mostra cada vez mais despreocupada, sensual e até provocativa”. Nesse quadro, Cristina tentou combater a mídia que utilizou de violência de gênero contra ela, principalmente no referente aos jornais *El Clarín* e *La Nación*.

Como não era possível apontar para a Argentina e acusá-la diretamente de “ditadura” ou de “regime autoritário”, como é feito com rapidez e facilidade quando se trata de Cuba, como no caso da chamada “blogueira” Yoani Sánchez, apresentada como uma heroína numa luta sem quartel contra uma ditadura opressora (Veja, 27 de fevereiro de 2013, capa), o foco se torna o governante. No caso da Argentina, Cristina Kirchner é que concentrava em si mesma os predicados de quem passava a operar a “perseguição” da “mídia independente”, atentando contra a “liberdade de expressão” e a “democracia”, pois é uma mulher “vaidosa”, “autoritária”, “vingativa”. (GRIJÓ, 2017, p. 183).

Imagem 2 – “El Goce de Cristina”



Fonte: Revista Noticias, edição nº 1663, de 7 de setembro de 2012.

Nesse mesmo panorama, ainda em contexto latino-americano, é preciso citar a matéria da revista *Veja* em 2016 que tem como centro Marcela Temer, esposa de Michel Temer, o então vice-presidente. Marcela, que aparece bem retratada, com sorriso no rosto, roupas “elegantes” e compostas, é tida como “Bela, recatada e do lar” no título que acompanha sua foto. Ainda que Dilma não seja o centro da revista, o ataque à sua figura está presente: em um período cuja reputação da então presidente só piorava e cujo *impeachment* estava em iminência de acontecer, enquanto Marcela representa os valores da família tradicional, em que a mulher está associada ao ambiente doméstico e é resumida a seu corpo, ao padrão de beleza imposto socialmente e ao estereótipo feminino de que a mulher deve ser recatada, a capa da revista carrega uma

significação implícita de que Dilma seria o oposto de tudo o que Marcela é : feia, vulgar e “do mundo”, indo de encontro a todos valores cristãos e familiares pregados pelos conservadores.

Imagem 3 – “Bela, Recatada e do Lar”



Fonte: Revista Veja, matéria de 18 de abril de 2016.

Como posto por Veloso, Vasconcelos e Cardoso (2019), as mulheres têm seus espaços nos veículos de comunicação; não se trata da quantidade de matérias sobre as mulheres, mas da qualidade com a qual são retratadas, pois em grande parte são reduzidas a suas condições de gênero, sobretudo a estereótipos de corpo e beleza. As representações de Cristina e Dilma demonstram a existência de uma violência que têm interesses políticos, mas, mais que isso, apresentam raízes em sociedades marcadas pelas estruturas da dominação masculina.

Ao mesmo tempo, aponta-se que a chegada dessas mulheres à presidência de seus respectivos países não foi por acaso. Ainda que elas tenham sido extensivamente injuriadas pela mídia e pelo jornalismo e sofrido as mais diversas formas de agressão, não apenas pelos veículos de comunicação, mas em diversas esferas de suas vidas profissionais e pessoais, a chegada dessas mulheres à presidência representa um importante avanço na direção do combate à desigualdade entre homens e mulheres. Suas chegadas, assim como a de Michelle Bachelet e de Laura Chinchilla, à presidência, estampam o resultado de cenários de muita luta pela igualdade.

Os movimentos feministas foram essenciais na obtenção de direitos, na instituição de legislações de combate aos vários tipos de violência e na redução da opressão contra a mulher. Mesmo entre os conservadores, existe certa preocupação com o lugar da mulher – que corresponde, ao mesmo tempo, a uma reatribuição de seu papel e de seu lugar na vida e no imaginário social – podendo-se citar a presença do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no governo de Jair Bolsonaro, que, mesmo tendo sido eleito sob a ótica da

extrema-direita, reconhece a existência da mulher e a necessidade de sua proteção — ainda que há quem questione se a existência do referido Ministério em seu governo não foi mantido devido à pressão externa.

Nessa perspectiva, é importante afirmar que o golpe se trata de uma reação conservadora, já que, se não houvesse os avanços que levaram Dilma Rousseff, uma mulher, à presidência do Brasil, não estaria ocorrendo uma reação. Foram os avanços da esquerda, em meio a uma ampliação dos direitos políticos, sociais e trabalhistas, além de uma ampliação das pautas progressistas que em grande medida ultrapassava a própria agenda e ação governamentais, que geraram um mal-estar na classe dominante, e nos setores conservadores em geral, que passaram a combater ativamente o petismo, para que um governo neoliberal e reacionário pudesse assumir, principalmente em virtude do tempo que os governos petistas estiveram na presidência da república, quatorze anos.

A elite brasileira e a extrema-direita, logo, passa a financiar uma cruzada através da mídia e das redes sociais determinando dualidades morais entre o “bem” e o “mal”, nação e comunismo, honestidade e corrupção, fomentando sentimentos de ultranacionalismo que os conduzem à ideia de um “nós” contra “eles” e a um ufanismo em nome da pátria, de Deus e da família.

Nesse universo que se caracteriza por um alto grau de cinismo, fala-se muito de moral. Como sociólogo, sei que a moral só é eficaz caso se apoie em estruturas, em mecanismos que façam com que as pessoas tenham interesse na moral. E para que algo como uma preocupação moral surgisse, seria preciso que ela encontrasse suportes e reforços, recompensas nessa estrutura. Essas recompensas poderiam vir também do público (se ele fosse mais esclarecido e mais consciente das manipulações que sofre). (BOURDIEU, 1997, p. 80).

A reação conservadora, então, gera uma crise de legitimidade que irrompe a partir da desqualificação do espectro político à esquerda com base na difusão de agendas morais conservadoras. Nessa retórica, aplica-se o medo para movimentar sentimentos. São os chamados pânico morais, termo sociológico utilizado para denominar a criação de temores relacionados ao “perigo” do rompimento dos valores tradicionais, cuja mídia de massa se utiliza de estereótipos e estilizações que geram “barricadas morais”, formadas por indivíduos e grupos de direita, como bispos, editores e políticos. (COHEN, 1972).

Uma dessas formas de pânico moral que se dá no campo do gênero é a falácia da “ideologia de gênero”. Miskolci e Campana (2017, p. 742), ao mencionarem as presidências de Cristina Kirchner e Dilma Rousseff, afirmam que

O caso argentino, e especialmente o brasileiro, tendem a corroborar a hipótese de que a cristalização da noção de ideologia de gênero como articuladora do que denominamos de campo discursivo de ação se dá a partir de 2010 e pode ter envolvido, tanto quanto mudanças efetivas na legislação ou nas políticas públicas, as expectativas sobre a possível efetivação dessas mudanças. Em outros termos, pânico morais alimentados por atores políticos – religiosos ou não – podem ter sido ampliados pela presença de mulheres na Presidência, o que apenas uma pesquisa mais aprofundada poderia comprovar e analisar.

Outro exemplo de pânico moral que pode ser citado é o “sim” dos deputados da Câmara na votação do *impeachment* de 2016 seguidos de discursos em nome de Deus, da pátria e da família – lema utilizado posteriormente pela campanha de Jair Bolsonaro, reproduzindo a frase do nazismo de Adolf Hitler. Diversos parlamentares, ao votarem, afirmavam “pela minha filha”, “por minha esposa”, “por Deus” e “pelo Brasil”, afastando-se da razão pela qual eles afirmavam que estava ocorrendo o golpe, as pedaladas fiscais e os supostos crimes de responsabilidade fiscal. Nesses discursos, a Câmara reforçou nacionalmente a ideia de Dilma como um perigo à família e aos valores conservadores.

Ao contrário de Cristina Kirchner, Laura Chinchilla e Michelle Bachelet, que, ao serem eleitas para os seus respectivos primeiros mandatos, não tiveram embates significativos com a Igreja Católica e outros empreendedores morais e, portanto, foram eleitas sem afronta direta à classe conservadora, o Brasil apresentou debates acerca dos direitos sexuais e reprodutivos durante a campanha eleitoral de Dilma em 2010. Entretanto, para se aproximar das forças políticas católicas, evangélicas e, principalmente, neopentecostais, precisou se comprometer em não legislar a favor do aborto e do casamento homossexual. Nessas mesmas eleições de 2010, a bancada neopentecostal se expandiu e passou a se responsabilizar por comissões como a de Direitos Humanos, reduzindo o espaço que daria seguimento aos interesses dos grupos minoritários, como as mulheres, os indígenas, os negros e os LGBTQIA+. (MISKOLCI e CAMPANA, 2017).

No mesmo período em que o termo “pânico morais” foi criado, na década de 1960, Howard Becker (2008) originou o conceito de “empreendedores morais”, a quem chama os sujeitos que são criadores e impositores das regras, uma vez que as normas morais seriam criadas socialmente.

Tais empreendedores morais são religiosos, dentro da Igreja Católica, de vertentes religiosas neopentecostais, seguidores laicos dessas religiões, pessoas que se engajam na luta por razões simplesmente éticas, morais e/ou políticas as mais diversas e não são necessariamente da sociedade civil, mas podem atuar dentro de instituições e até mesmo do governo. Identificá-los exige reconstituir em termos sociológicos a gramática política que vincula atores tão diversos em uma cruzada contra o que passaram a chamar de “ideologia de gênero”. Argumentaremos que tal gramática se insere na

ambivalência histórica do catolicismo entre uma afinidade com a esquerda em matérias econômicas e maior proximidade com a direita no que se refere à moral. (MISKOLCI e CAMPANA, 2017, p. 730)

Menciona-se que, no caso do catolicismo, há uma afinidade com as pautas da esquerda, como preocupação com os oprimidos, principalmente na vertente da “Teologia da Libertação”, ainda que a Igreja Católica, por vezes, contribua com pensamentos mais tradicionalistas pela ideologia carismática. O mesmo não é o caso do neopentecostalismo e sua ênfase na “Teologia da Prosperidade”, cuja base é econômica e essencialmente conservadora.

O pânico corresponde a um recurso de controle das transformações sociais, selecionado para causar reações rápidas nas discussões públicas, sendo um elemento imperativo na associação entre lideranças da extrema-direita e a sua base. O medo disseminado permite que a mídia molde a opinião pública e controle a visão coletiva sobre um segmento político, uma parcela social ou um tema. Nessa lógica, os pânicos morais são acionados, com o fito de estimular o reestabelecimento de um controle social e sobre pautas e comportamentos. Assim, os empreendedores morais tendem a criar um pânico em relação a um determinado tema, o qual consiga desencadear comoção pública, porém, na verdade, a revelação dessa questão, muitas vezes, não passa de uma cortina de fumaça para disfarçar o real conteúdo que se deseja suprimir.

Por fim, entende-se que o conservadorismo se disseminou utilizando de aspectos ideológicos, políticos, econômicos, sociais e culturais e se tornou intrínseco no pensamento e no comportamento da população, que geram posturas discriminatórias, preconceituosas e excludentes. Foi a partir disso que os pânicos morais atuaram a partir de uma cultura imagética, ou seja, baseada mais em imagens ou movimentos do que em discurso, para gerar o medo do comunismo, da destruição da família tradicional e da corrupção, por exemplo. Na perspectiva de gênero nas instâncias públicas, essa realidade se confirma e é ilustrada com o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff nas capas das revistas.

3 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Para compreender a violência de gênero na perspectiva sociológica, é necessário apontar alguns conceitos essenciais da sociologia. Para isso, este capítulo se utilizará da perspectiva da dominação masculina de Pierre Bourdieu e outros de seus conceitos essenciais que possam contribuir com as posteriores análises das capas selecionadas da revista IstoÉ e das manchetes do Estadão. Além disso, será abordada a crítica que as feministas fazem acerca do pensamento acadêmico masculino de Bourdieu sobre gênero.

3.1 A concepção sociológica sobre a mulher na perspectiva bourdieusiana

Pierre Bourdieu (2009) foi um sociólogo francês que apresentou grandes contribuições para a sociologia ao buscar compreender as disposições sociais e uma teoria da ação social. Para ele, era essencial entender como se davam as relações dos indivíduos com a sociedade, das estruturas objetivas, materiais, de existência com o universo subjetivo, simbólico, e da sociedade com os indivíduos, em uma relação dialética. Nesse sentido, ele estabeleceu a associação entre *habitus*, capital e campo, ou seja, a teoria da síntese entre estruturas objetivas e estruturas subjetivas, simbólicas, como a teoria da prática social, para entender como se dão as relações sociais e as relações de classe e de dominação através dos sistemas de disposições, como os agentes sociais se comportam e percebem o mundo, de acordo com seu tipo e volume de capital, em determinado campo.

Um dos mais importantes conceitos de Bourdieu (2009) para entender a prática social se deu pela concepção de *habitus*, um “sistema de disposições duráveis e transponíveis”, ou seja, um sistema de inclinações, percepções e representações, cujas lógicas de pensar e agir, que foram incorporadas a partir do mundo objetivo, podem se manter em diferentes situações e transpor ambientes. O *habitus* se refere à maneira como os agentes sociais percebem e se relacionam com o mundo e como o mundo os influencia, através de uma inculcação de códigos, que geram uma economia de reflexão, isto é, sua relação com o mundo é sobretudo de engajamento prático, diferente da atitude predominante entre os intelectuais de distanciamento e de, sobretudo, ver o mundo como algo a ser refletido e interpretado.

Uma forma de compreender como funciona o *habitus* é entender a dominação masculina, que ocorre através da formação de um *habitus* de gênero. Isso quer dizer que comportamentos que reproduzem uma lógica masculina são perpetuados na sociedade devido a ações pré-reflexivas, ou seja, em função de práticas permeadas por uma dominação enraizada na estrutura social. Essa lógica masculina, portanto, é naturalizada na sociedade. Um exemplo

de como isso pode ocorrer é por meio do matrimônio, cujo sentido do ritual, principalmente quando realizado nos meios religiosos como o islamismo e o cristianismo, ainda que se possa afirmar que é o amor e a relação do casal, apresenta implicitamente o pressuposto de que a mulher será subserviente ao marido.

Isso ocorre porque algumas instituições como a igreja, a escola, a família e o Estado funcionam como mecanismos de inculcação dos símbolos; elas incentivam condutas que preservam um *habitus* de reprodução da lógica do dominante. A dominação masculina, para Bourdieu (2002), portanto, é construída e está presente tanto no mundo objetivo, com expressões da prática corporal, por exemplo, quanto no mundo subjetivo, simbólico.

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente por suas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2002, p. 7-8)

Com o intuito de explicar o *habitus*, é imprescindível falar sobre dominação. Para isso, Bourdieu (1989) propõe o conceito de “poder simbólico”, cujo poder sobre a construção de uma realidade social advém de símbolos, de maneira que as formas de dominação na sociedade são legitimadas. Poder simbólico é o poder de estabelecer e hierarquizar uma ordem social, é o poder de fazer reconhecer o poder, pensado a partir de dicotomias que separam dominador e dominado, ricos e pobres, homens e mulheres, brancos e não brancos, dentre outras oposições. Esse poder é regularmente associado ao conceito de violência simbólica, uma forma de poder invisível, que comumente não é percebida, seja por quem pratica, seja por quem sofre e se apresenta sutilmente nas relações sociais, ancorado nas desigualdades e nos vínculos de exploração. Gomes (2008, p. 240), ao associar a ideia de violência de gênero e dominação masculina com a violência simbólica de Bourdieu, considera que

A dominação masculina é considerada por esse autor [Bourdieu] como exemplo por excelência da submissão paradoxal, que decorre da violência simbólica. Essa dominação historicamente se mantém a partir de estratégias em diferentes épocas e, por ser sutil, é incorporada pelos sujeitos sem que a percebam. Comumente, essa faceta da violência não só é aceitável como também pode ser vista como natural.

A partir do *habitus*, a violência simbólica é naturalizada, é pré-reflexiva, e faz parte de um programa de síntese entre o mundo subjetivo e o mundo objetivo. Estruturas de classe, por

exemplo, embora não sejam materiais e observáveis, constituem parte do mundo objetivo, visto que funcionam como uma divisão das estruturas sociais. Para que essas estruturas possam se manter, no entanto, é necessário que os dominadores tenham também domínio sobre o mundo subjetivo, de modo que possam possuir recursos simbólicos que vão além do poder econômico. Assim, Bourdieu estabelece o conceito de capital, pois, para que os dominadores possam se perpetuar em suas posições na hierarquia social, precisam de capital simbólico (BOURDIEU, 2009). Nesse sentido, Bourdieu (2002, p. 55) aponta para a lógica da dominação masculina na sociedade contemporânea se utilizando do exemplo da dos povos tradicionais cabilas, em que

O princípio da inferioridade e da exclusão da mulher, que o sistema mítico-ritual ratifica e amplia, a ponto de fazer dele o princípio de divisão de todo o universo, não é mais que a dissimetria fundamental, *a do sujeito e do objeto, do agente e do instrumento*, instaurada entre o homem e a mulher no terreno das trocas simbólicas, das relações de produção e reprodução do capital simbólico, cujo dispositivo central é o mercado matrimonial, que estão na base de toda a ordem social: as mulheres só podem aí ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos cujo sentido se constitui fora delas e cuja função é contribuir para a perpetuação ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens.

A partir do *habitus*, é possível refletir a respeito do trabalho da mulher nas instâncias públicas, uma vez que Bourdieu (2002) aponta que as lutas feministas enfatizam muito nos meios de dominação presentes no âmbito doméstico, de forma que a esfera pública de instituições como a escola ou o Estado, este que inclui o ambiente parlamentar, não recebem igual enfoque, ainda que representem imensos espaços de dominação reproduzidas da esfera privada. Mediante esse panorama, o capital simbólico perpassa a divisão sexual e social do trabalho, cuja economia de bens simbólicos contempla características da dominação masculina, uma vez que os capitais simbólico e social estão dispostos distintamente para homens e mulheres.

A divisão sexual está inscrita, por um lado, na divisão das atividades produtivas a que nós associamos à ideia de trabalho, assim como, mais amplamente, na divisão do trabalho de manutenção do capital social e do capital simbólico, que atribui aos homens o monopólio de todas as atividades oficiais, públicas, de representação, e em particular de todas as trocas de honra, das trocas de palavras (nos encontros quotidianos e sobretudo nas assembleias), trocas de dons, trocas de mulheres, trocas de desafios e de mortes (cujo limite é a guerra); ela está inscrita, por outro lado, nas disposições (os *habitus*) dos protagonistas da economia de bens simbólicos: as das mulheres, que esta economia reduz ao estado de objetos de troca (mesmo quando, em determinadas condições, elas podem contribuir, pelo menos por procuração, para orientar e organizar as trocas, sobretudo matrimoniais); as

dos homens, a quem toda a ordem social, e em particular as sanções positivas ou negativas associadas ao funcionamento do mercado de bens simbólicos, impõe adquirir a aptidão e a propensão, constitutivas do senso de honra, de levar a sério todos os jogos assim constituídos como sérios. (BOURDIEU, 2002, p. 64)

É a partir disso que é importante trazer o conceito da teoria da ação social, ou teoria da prática social, que utiliza do conceito de *habitus* (de forma a incluir capital e campo) agregado ao conceito de trajetórias sociais para entender por que tais comportamentos são reproduzidos. As trajetórias (BOURDIEU, 2006) precisam ser analisadas a partir da perspectiva de trajetória histórica – de que contexto e de que família o indivíduo vem, por exemplo – e de trajetória individual – quais as vivências e as condições do indivíduo. Assim, para estudar as desigualdades e as diferenças de classe, é necessário entender o quanto o indivíduo se adapta ou não em cada contexto, quais suas condições de acesso a bens materiais e simbólicos (e, portanto, qual sua posição social) e quais suas possibilidades de engajamento social, político, religioso, dentre outras relações com os meios sociais.

Nessa perspectiva, com as classes sociais, procura-se saber como os agentes com diferentes tipos de capitais vão se relacionar. Assim, Bourdieu enxerga que o espaço social não deve ser visto a partir de uma perspectiva unilateral e objetivista, mas a partir de um olhar que percebe na divisão de classes desigualdades que ultrapassam as diferenças econômicas e das estruturas objetivas, e que observa, a partir de uma ótica relacional, como se dão subjetividades em meio a tais estruturas e como essas estruturas se dão em meio às subjetividades. Compreende-se as classes, então, como as experiências sociais decorrentes das condições do agente pertencente a determinado grupo em um espaço social, ou seja, como se separam grupos que se comportam a partir de um *habitus*, que é condicionado pela posse de distintos tipos de capitais e seus volumes em determinado campo ou espaço social e como cada indivíduo age frente à sua trajetória histórica e individual. De acordo com as diferentes estruturas sociais, assim sendo, é possível figurar, por exemplo, as condições artísticas, jornalísticas e operárias, que atuam em seus campos específicos.

Dessa maneira, é a partir da trajetória que é possível compreender a probabilidade de um agente se desenvolver de acordo com seu meio e reproduzir comportamentos e percepções pré-reflexivos, ou seja, desenvolver seu *habitus*, tais como a reprodução das desigualdades de gênero, que atingem a dominação masculina. Logo, percebe-se que esse *habitus* foi forjado na e pela violência – a partir da violação de Dilma no período em que foi presa na ditadura (por isso, inclusive, sua resistência para enfrentar todo o universo masculino de seu meio enquanto presidente). Nesse sentido, as estruturas objetivas produzem não apenas reprodução da

dominação, mas as próprias subjetividades que podem enfrentá-las. Para tanto, compreender a trajetória política de Dilma Rousseff é necessário para entender sua chegada ao maior cargo político do país.

Dilma nasceu na classe média em 1947 e teve seus primeiros contatos com a militância ainda adolescente, aos 16 anos, com o início da ditadura militar. Presa e violentada fisicamente em 1970 devido à censura da ditadura e tendo sido liberada apenas em 1973, Dilma saiu da prisão com suas posições políticas bastante consolidadas. Ingressou no Comando de Libertação Nacional (COLINA) e Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Foi Secretária Municipal da Fazenda de Porto Alegre, Secretária de Minas, Energia e Comunicações do Rio Grande do Sul. Foi uma das fundadoras do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e, em 2001, filiou-se ao PT. Já no governo de Lula nos 2000, foi Ministra de Minas e Energia e Ministra-chefe da Casa Civil. Em 2010, foi eleita presidente da República (PINTO, 2018).

Ao longo de sua vida, a trajetória de Dilma permitiu que a ex-presidente ganhasse capital político devido à sua atuação técnica nos cargos das Secretarias e Ministérios. No entanto, Dilma não tem origem familiar na elite econômica, nem teve a vantagem do nepotismo que a concederia um maior capital social e suas desvantagens aumentaram ainda mais sendo uma mulher de esquerda na política. Pinto (2018) aponta que Dilma nunca esteve de favor nos cargos que assumiu e enfrentou diversas resistências, seja devido à ditadura, seja por não ter participação da fundação do PT e, portanto, mesmo dentro do seu partido, não estava incluída em algum grupo que a resguardasse, sendo acolhida pelo partido apenas quando o conservadorismo enxergou nas eleições de 2010 uma oportunidade para diminuir a participação do Partido nas eleições. Nesse sentido,

Era fácil derrubar Dilma, era uma mulher, não um cacique do PT. Depois de tudo que aconteceu, ainda se ouvia, entre detratores e mesmo entre militantes da esquerda, que ela era dura, ela não tinha jogo de cintura, ela não negociava, ela não cedia às tramas necessárias, ela não era política. Ela era apenas uma mulher. Mulheres não sabem fazer política, elas podem militar desde 16 anos, ser brutalmente torturadas, ocupar os principais cargos da República, mas serão ditas como não políticas, serão no máximo técnicas competentes, que caem porque não sabem compactuar. Definitivamente, a política está precisando de muitas mulheres como Dilma Rousseff, uma mulher dura em meio a homens meigos e dóceis, nem sempre aos mais nobres interesses da República. (PINTO, 2018, p. 31)

Ao enunciar sobre campo, é preciso conceituá-lo. Campo se refere a um espaço social onde são reproduzidos comportamentos específicos e é frequentado por um público específico.

Não se trata de uma localização geográfica que pode ser observada, mas de um ambiente onde o *habitus* se reproduz. Sabe-se, assim, que se trata de múltiplas estruturas sociais objetivas – como ocorre com a divisão de classes –, podendo haver também múltiplos campos. O campo seria, então, uma esfera da vida social que se autonomizou ao longo da história, criando normas próprias de funcionamento e formas de hierarquias. (BOURDIEU, 2007)

Quando se estuda um campo, está se estudando um microcosmo da vida social, uma microestrutura, repleta de conflitos e lutas. É uma relação de posições, em que há uma disputa entre dominantes e dominados por determinados tipos de capitais, há uma luta de monopólio pela dominação do campo. Se um indivíduo é dominante de determinado campo, isso ressoa em outros setores da vida social e o capital do campo inicial gera capital de outros campos. Um dos principais conceitos para a compreensão deste trabalho é o de campo político, pois só é possível o entendimento do estudo da violência de gênero contra a ex-presidente Dilma com o discernimento que ela se encontra em um campo cujo seu capital simbólico, ainda que, devido à sua posição de presidente da república seu capital político seja maior que o da maioria das mulheres, é dominado pelos grupos masculinos presentes nas instâncias políticas, o que facilitou o processo de golpe dado por, dentre outros indivíduos e grupos, Michel Temer, a partir de uma tomada de posições em um espaço de posições.

O que fiz foi apenas lembrar as condições sociais do funcionamento do campo político como um lugar em que certo número de pessoas, que preenchem as condições de acesso, joga um jogo particular do qual os outros estão excluídos. É importante saber que o universo político repousa sobre uma exclusão, um desapossamento. (BOURDIEU, 2011, p. 197)

É importante mencionar que mesmo entre os dominantes há uma hierarquia de poder, há um grupo dominado e um grupo dominante – é o que Bourdieu chama de campo do poder. Isso ocorre porque devido ao volume e tipos de capital que o indivíduo possui. Se, no campo político da Câmara Federal, o partido que mais possui capital político é o Partido Liberal (PL) por se tratar do maior partido entre os deputados federais, Valdemar Costa Neto, presidente do partido, possui um capital político maior que grande parte dos filiados ao partido, principalmente em relação às mulheres, que, em suas posições como mulheres, diversas vezes são vistas como incapazes.

Ao representar o campo político enquanto esfera masculina, aponta-se que Dilma não corresponde ao *habitus* feminino determinado para as mulheres, em termos de expectativa social estereotipada, nem por seu corpo, nem por sua voz, nem por sua posição (dominante).

Dilma rompe com a posição objetiva e a atitude subjetiva que se esperam dela. Ou seja, a relação de Dilma com um *habitus* feminino é negativa.

Nesse sentido, a trajetória de Dilma na militância, na resistência ao regime militar, e posteriormente, no mundo político contribuiu para o processo de reforço de um *habitus*¹¹ mais ajustado às expectativas objetivas de universos masculinos, como o político, do que de universos femininos (“bela, recatada e do lar”). Ela carrega em seu *habitus* uma combinação que causa incômodo: seu corpo e suas atitudes não deveriam estar no lugar onde ela está, e essas atitudes não deveriam estar em seu corpo. O mundo social, nesse sentido, gera expectativas quanto ao ser mulher e, quando essas expectativas são frustradas, ocorrem reações da sociedade.

Ao mesmo tempo em que a “dureza” de Dilma, por ser mulher, funcionou como um pretexto para que os veículos de comunicação construíssem sua imagem pejorativamente, há perspectivas que apontam que uma das razões que contribuíram com sua chegada na presidência tenha justamente sido algumas características masculinizadas que possui, como a dureza, construída como resultado de sua trajetória, a exemplo de sua resistência nos três anos de prisão política e tortura. Destarte, Bourdieu (2002, p. 37) aponta a existência de um *habitus* viril:

Tendo apenas uma existência relacional, cada um dos dois gêneros é produto do trabalho de construção diacrítica, ao mesmo tempo teórica e prática, que é necessário à sua produção do *corpo socialmente diferenciado* do gênero oposto (sob todos os pontos de vista culturalmente pertinentes), isto é, como “*habitus viril*” e portanto não feminino, ou feminino, e portanto não masculino.

Esse *habitus* viril seriam formas de comportamentos masculinizados — não necessariamente masculinos —, interpretados a partir de uma ótica de construção social do homem como forte, duro, brusco, direcionado ao ambiente público em oposição à construção da mulher, que seria frágil, doce, sensível, quase biologicamente preparada para a esfera doméstica familiar. O ambiente político, como um ambiente masculinizado e predominantemente dominado por homens, ainda tem dificuldade em aceitar mulheres que não apresentam esse *habitus* viril. Nesse sentido, Biroli (2010, p. 273-274) estabelece que

Os estereótipos de gênero presentes na mídia devem ser entendidos como produtos de uma dinâmica social mais ampla, que envolve a determinação de papéis diferenciados, e hierarquicamente distintos, para homens e mulheres.

¹¹ Nesse sentido, aponta-se para a necessidade de se realizar um estudo biográfico da trajetória de Dilma em sua infância, a partir da percepção de uma socialização primária, que possa detectar a presença ou ausência de um *habitus* negativo no período que antecedeu sua trajetória política, buscando compreender, inclusive, as razões que levaram Rouseff a se inserir no campo político.

Por outro lado, esses estereótipos são reproduzidos de acordo com o *modus operandi* específico dos meios de comunicação de massa, que envolve as rotinas de produção do noticiário jornalístico e as perspectivas sociais dos jornalistas. Esses estereótipos consistem, assim, em narrativas cristalizadas que são ativadas na medida em que os holofotes se voltam para as mulheres políticas. Sua ancoragem em compreensões convencionais do feminino e do masculino naturaliza a ausência de mulheres de espaços e posições de maior poder. Naturaliza, também, o fato de que as tensões entre a atuação política e a vida privada e afetiva sejam relevantes para a trajetória e a imagem pública das mulheres, enquanto são potencialmente inexistentes para os homens.

Esses estereótipos, enquanto associados aos papéis determinados por gênero, estão intrinsecamente relacionados ao corpo. Dilma, enquanto detentora de um *habitus* negativo em relação às expectativas tradicionais de feminilidade que se estabelece através do corpo na maneira de andar, de se vestir, no corte de cabelo curto, na rigidez da fala e da postura, distante de uma associação de mãe — ainda que tenha filha — e de dona de casa, caminha em direção oposta ao que a sociedade determina o que é “ser mulher”. Simone de Beauvoir (1970, p. 52-53) coloca que

Pois, sendo o corpo o instrumento de nosso domínio do mundo, este se apresenta de modo inteiramente diferente segundo seja apreendido de uma maneira ou de outra. Eis por que os estudamos tão demoradamente; são chaves que permitem compreender a mulher. Mas o que recusamos, é a ideia de que constituem um destino imutável para ela. Não bastam para definir uma hierarquia dos sexos; não explicam por que a mulher é o Outro; não a condenam a conservar para sempre essa condição subordinada.

A partida da abordagem de Beauvoir da ideia de que não se nasce mulher foi fundamental para abrir espaço para trabalhos sobre gênero, sobre estereótipos e, de maneira indireta, mesmo para estudiosos como Bourdieu, este que aborda a dominação masculina e estudos de classes e *habitus* a partir dos corpos e de como eles se reproduzem socialmente. Assim, a conceituação de Bourdieu sobre o *habitus* permite um estudo sociológico da concepção de corpo e da posição da mulher como dominada numa estrutura social que determina o lugar da mulher.

3.1.1 O feminismo sobre a dominação masculina de Bourdieu

Em vista de uma abordagem neste trabalho sobre gênero e o papel da mulher partindo de um ponto de vista masculino, uma vez que a sociologia ainda possui um arcabouço de estudos de gênero limitado, principalmente devido à preferência que muitos estudiosos têm de abordar a temática pela perspectiva política, nota-se a necessidade da crítica feminista ao

pensamento de Pierre Bourdieu, levando em consideração que, como homem, ele aborda a dominação masculina sem a vivência prática da mulher, de modo que, sem essa experiência, pode ter diferentes percepções de mundo. Logo, serão apontadas algumas contribuições bourdieusianas e seus limites ao pensamento feminista.

Nesse sentido, a cientista política Lois McNay (1999) propõe uma análise dos trabalhos de Bourdieu a partir da noção da dominação masculina. Seu principal argumento manifesta uma crítica em que aponta que Bourdieu não relaciona ativamente o conceito de campo à concepção de *habitus* de gênero. Segundo a autora, a noção de campo é fundamental para a compreensão de um contexto social capaz de desenvolver mais amplamente uma transformação reflexiva da identidade, pois o campo proveria uma conceituação de diferenciação dentro da concepção de identidade de gênero.

McNay (1999) aponta que o *habitus* apresentado por Bourdieu ocorre a partir do corpo, em relações de incorporação das práticas sociais. Esse é um conceito importante para a teoria feminista devido à relação entre o corpo e as subjetividades, pois é através do corpo que as relações de sexualidade são incorporadas nas relações da mulher com o mundo objetivo e que a dominação masculina é naturalizada, devido às práticas pré-reflexivas que reproduzem as condições de desigualdade de gênero construídas culturalmente, embebidas em uma *hexis* corporal que perpetua a lógica do dominante.

Existem críticas que apontam a concepção de *habitus* como determinante, em que o mundo objetivo determinaria o *habitus*, o comportamento do agente social, no entanto, essa seria uma interpretação superficial, pois Bourdieu trata do conceito como uma estrutura generativa, i.e, ao mesmo tempo em que as condições objetivas de um campo dado influenciariam o *habitus*, este seria também constitutivo do campo em uma relação dialética entre a objetividade e a subjetividade, que se estruturam entre si. Logo, a identidade de gênero seria não uma internalização de representações externas pela consciência, mas uma prática pré-reflexiva, a partir de reproduções de pensamentos e comportamentos marcados como femininos ou masculinos na sociedade. Ao mesmo tempo, as disposições corporais não seriam incorporadas mecanicamente, mas na forma de uma *mimesis* prática, cujo corpo acredita naquilo que reproduz. (MCNAY, 1999).

Além disso, Bourdieu aponta o *habitus* como práticas inseridas em recortes temporais, o que implica dizer que o corpo é dinâmico, mutável e estaria passível de mudanças caso a ordem social de dominação masculina se altere, ainda que não sofra uma ruptura total. O *habitus* seria um sistema de disposições abertas que está sempre sujeito a alterações das condições do campo no tempo e, nesse sentido, pode reproduzir ou alterar as estruturas de dominação

masculina. O corpo na perspectiva bourdieusiana, então, estaria inserido em uma lógica de superação da dicotomia foucaultiana de liberdade e restrição, uma vez que seria suscetível à possibilidade de agência, em que a prática do agente transcende o presente quando, devido a reproduções comportamentais anteriores à consciência, teria suas ações relativamente previsíveis devido às condições externas do campo, sem perder sua possibilidade de resistir à dominação (liberdades reguladas), de forma que as mulheres têm experiências híbridas. (MCNAY, 1999)

No entanto, ainda que Bourdieu busque evitar os subjetivismos e objetivismos na relação do mundo objetivo com o corpo, em que ele aponta uma unidade intrínseca dialética de reprodução das práticas de dominação e de resistência a essa dominação, parece haver uma fetichização das estruturas sociais na relação entre *habitus* e campo, em que a subversão e a resistência à dominação não se tornam potenciais constantes na estruturas, mas esporádicos e contingenciais, o que tornaria, por exemplo, difícil explicar o caso em questão da própria trajetória de Dilma Rouseff.

Ainda nessa perspectiva, a predominância de um determinado *habitus* cresce à medida em que os campos se diversificam e se ampliam alinhados com práticas de subversão fragilizadas, tornando essa predominância ainda mais fortalecida e legitimada, de forma que o poder emana de uma complexidade de interrelações entre campos. Nesse sentido, McNay (1999, p. 106-107) afirma que

Embora Bourdieu reconheça os efeitos destabilizadores e potencialmente subversivos que podem surgir do movimento através dos campos, ele falha em considerar o que isso pode implicar para um entendimento da identidade de gênero moderna. Em outras palavras, ele falha em trazer as implicações da ideia de campo, mais notavelmente da diferenciação societal para lidar com a ideia de *habitus*. Enquanto o *habitus* traz atenção para a natureza enraizada da identidade de gênero, é importante considerar a extensão que seus efeitos podem atenuar pelo movimento de indivíduos através dos campos.¹²

Nesse sentido, quando Bourdieu aborda a identidade de gênero na modernidade, ele não trata da conceituação de campo, deixando de associar a relação entre *habitus* e campo,

¹² Citação original em inglês: “Although Bourdieu acknowledges the destabilizing and potentially subversive effects that might arise from movement across fields, he fails to consider what this might imply for an understanding of modern gender identity. To put this in other terms, he fails to bring the conceptual implications of the idea of the field, most notably that of societal differentiation, to bear on the idea of *habitus*. While *habitus* draws attention to the entrenched nature of gender identity, it is important to consider the extent to which its effects may be attenuated by the movement of individuals across fields.”

fundamental para interpretar as desigualdades de gênero entranhadas nas relações sociais, que dominam mesmo o dominante e que põem a mulher como cúmplice da reprodução da virilidade.

Em seus estudos dos campos específicos de ação, Bourdieu alude às possíveis dimensões de tais mudanças. Por exemplo, em “A Nobreza de Estado” (1989), ele menciona a correlação entre o aumento da entrada das mulheres na educação superior e a diminuição dos níveis de fertilidade, mas as implicações mais gerais para a identidade de gênero não são consideradas. Mais impressionantemente, em sua única consideração sustentada de identidade de gênero, o conceito de campo não é discutido.¹³ (MCNAY, 1999, p. 107)

McNay (1999) ainda aponta que Bourdieu afirma que há um alinhamento perfeito entre subjetividade e objetividade, bem como um alinhamento entre feminilidade e masculinidade no que diz relação à identidade de gênero. Contudo, há um falonarcisismo¹⁴ presente nas relações sociais que se reproduz nos campos por meio do *habitus*. Desse modo, compreende-se que a crítica realizada ao pensamento de Bourdieu se dá por uma excessiva simplificação da ideia de uma soberania masculina em relação a uma feminina, em que os homens estão sempre na posição de dominantes e as mulheres estão sempre como submissas, em uma perspectiva invariável. Contudo, para McNay, as relações de dominação se dão por complexidades inacabadas, tensionadas, conflituosas e descontínuas, devido a um processo reflexivo.

Por fim, a autora supramencionada afirma que os trabalhos de Bourdieu, embora apresentem limitações na associação do campo em relação ao *habitus* de gênero, são fundamentais para a teoria social feminista, uma vez que apontam que tais categorias — campo e *habitus* — oferecem uma teoria de incorporação das práticas nas relações de poder desbalanceadas, razão pela qual optamos por incorporar as importantes críticas do pensamento feminista como forma de enriquecer à própria perspectiva sociológica que aqui mobilizamos.

¹³ Citação original em inglês: “In his studies of specific fields of action, Bourdieu alludes to possible dimensions of such changes. For example, in *La Noblesse d’état* (1989) he mentions the correlation between women’s increased entry into higher education and declining levels of fertility but the broader implications for gender identity are not considered. More strikingly, in his only sustained consideration of gender identity, the concept of the field is not discussed.”

¹⁴ O Falocentrismo defende uma centralidade masculina, em que o homem é superior. O falonarcisismo estaria, portanto, relacionado à autovalorização masculina.

4 A REPRESENTAÇÃO DO GÊNERO NA MÍDIA PRÉ-*IMPEACHMENT*

Este capítulo pretende discutir o papel de gênero e a sua relação com a imprensa, trazendo à tona os elementos que antecederam o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Até o presente momento, foi desenvolvida uma discussão teórica que fundamentará as reflexões deste capítulo 3, a partir da análise de conteúdo das capas da revista IstoÉ e das manchetes de matérias do Estadão.

A dominação de gênero presente nas capas da revista IstoÉ e do jornal Estadão, assim como em outras revistas e jornais que tinham intencionalidades semelhantes ao praticar um tratamento que subestima a competência da mulher em suas capas e manchetes durante o período que se realizava o processo de *impeachment*, como a Veja, a Época, O Globo e a Folha de S. Paulo, utilizaram-se da imagem pública da ex-presidente Dilma Rousseff para influenciar a opinião popular e contribuir com a destituição de seu cargo e, assim, formar uma política de coalização, cujos interesses de grupos legislativos pudessem se alinhar com o Poder Executivo (PINHO, 2020).

A Istoé e o Estadão, então, utilizam de recursos linguísticos e semióticos para atribuir um sentido que gere a desqualificação da figura de Dilma, através de uma violência simbólica que cotidianamente funciona como produção de ódio para outras mulheres. A escolha de tais meios de comunicação se deu porque se tratam de um jornal e uma revista, que representam a veiculação nacional de como ocorreu a construção da imagem negativa de Rousseff pré-*impeachment*.

Logo, a escolha da IstoÉ em vez da Veja, por exemplo, ocorreu com vistas à quantidade muito maior de capas disponibilizadas no ano primeiro semestre do ano que abordavam a ex-presidente, de forma a demonstrar uma atuação mais incisiva da IstoÉ nessa construção de imagem. Enquanto isso, a escolha do Estadão se deu por sua ênfase insistentemente estereotipada na percepção de Dilma, como será demonstrado neste capítulo.

As capas da Istoé e as matérias do Estadão no ano de 2016 trabalharam ativamente para gerar ódio contra a então presidente, a fim de atingir objetivos específicos. É a partir disso que é possível perceber o que o feminismo chama de “misoginia”, uma prática que trabalha para a inferiorização da imagem da mulher, reafirmando a fabricação de ideologias tidas como femininas, que estereotipam a mulher e que determina seu papel e seu lugar na sociedade. “A misoginia esteve presente em todo o processo – desde a criação de um ambiente de disputa política, passando pelos ataques à credibilidade e imagem de Dilma, caracterizando-a como

uma mulher descontrolada e sem condições de governar o país”. (VELOSO, VASCONCELOS e CARDOSO, 2019, p. 82)

Foi nesse sentido que a luta feminista pôde reconhecer a violência de gênero presente nos veículos midiáticos da época e abrir discussões acerca da temática para que essa violência não passasse despercebida, invisível, numa tentativa de lutar contra esse lugar de subjugação de Dilma e das mulheres, uma vez que a impunidade dessas agressões contra a então maior figura política do país, que vencera não apenas uma, mas duas eleições, significaria que toda e qualquer outra mulher da sociedade estaria suscetível a viver as mais diversas violências de gênero também. É importante afirmar que a própria presidente Dilma reconhecia a misoginia presente nas veiculações da mídia acerca de sua imagem: “A história ainda vai dizer o quanto de violência contra a mulher tem nesse *impeachment*” (ROUSSEFF apud CARDOSO, 2017, p. 1).

Entende-se a utilização da violência de gênero nessas capas e matérias como uma tentativa de legitimação do *impeachment* por parte da mídia e do jornalismo, como uma ferramenta de manipulação das ideias do povo, pois, como afirmam Veloso, Vasconcelos e Cardoso, “muito mais do que constituir sustentáculos para o exercício do poder pelas elites, os veículos de comunicação podem influenciar a produção mental, uma vez que são também responsáveis pela massificação das ideias de uma época” (2019, p. 86). Assim, a mídia buscou construir uma identidade social para Dilma que pudesse tornar a destituição de seu cargo legítima, principalmente em função dos questionamentos que, desde o período, já estavam sendo realizados acerca do *impeachment*, visto que alguns grupos percebiam que as razões que estavam sendo dadas – as pedaladas fiscais realizadas por Rousseff – não se sustentavam por si só como motivo para sua deposição e, portanto, entendiam o decurso dos acontecimentos como golpe.

Percebe-se, portanto, que esses veículos de comunicação possuíam interesses privados, afinal, tratam-se de empresas privadas – aqui nos referimos ao Grupo Estado, conglomerado de mídia dono do Estadão, à família Alzugaray, fundadora da Istoé, e ao banqueiro Daniel Dantas, atual dono da revista –, que, como quaisquer outras, tinham o lucro e benefícios econômicos como objetivos. Além disso, os próprios valores das empresas e suas visões de mundo se entrelaçam com perspectivas conservadoras de atribuições de papéis à mulher: enquanto buscavam o acúmulo do capital econômico, a reprodução de notícias misóginas e de apoio ao golpe representam a visão que tais empresas detinham, enquanto classe e grupos dominantes. É o espírito do capitalismo se fazendo presente, sistema esse inerente às formas de exploração e desigualdade, que não pode se dissociar de processos misóginos e de violência, visto que é

neles que se sustenta e que é capaz de acumular riquezas. É nesse sentido que é possível notar uma articulação entre a dominação masculina e os interesses privados dos grupos empresariais que monopolizam o poder sobre os grandes veículos midiáticos. Como afirma Cardoso,

Veículos de comunicação são atores sociais. Os seus dizeres partem de ações de pessoas e, ao erguerem representações, constroem novos dizeres e estimulam novas ações. Os veículos não transmitem, asépticamente, mensagens objetivas. Um veículo é uma empresa, arquiteta uma marca, tem um dono. Funciona sob a lógica empresarial, dentro do capitalismo na sociedade do espetáculo atualmente integrado. Em uma cultura misógina, repete e recria discursos misóginos. Nosso senso comum é misógeno, por isso uma mulher enquanto alvo não surpreende o público-alvo, que está acostumado a esse discurso diariamente alimentado e retroalimentado. (2017, p. 9)

A elite e as referidas empresas atuaram diretamente na construção do golpe. Esses veículos de comunicação funcionam a partir dos conselhos editoriais que reproduzem ideais conservadores próprios dos grupos dominantes, funcionando como organizadores de classes. Nesse sentido, Gramsci (2007) aponta para a existência de aparelhos privados de hegemonia – ainda que não tenha utilizado tal termo –, cujos jornais e revistas, enquanto empresas privadas, podem ser compreendidos como os verdadeiros partidos políticos, devido a seu poder de hegemonia frente à opinião popular.

As capas e notícias da Istoé e do Estadão, durante o primeiro semestre de 2016, que culminou na finalização do processo de *impeachment* em 31 de agosto, funcionaram como uma condensação de alguns fatores como “o ódio na política, a polarização de grupos antagônicos, a articulação da grande imprensa com parte do empresariado nacional e a disseminação do medo.” (CARDOSO, 2017, p. 3), de modo a criar uma marginalização da ex-presidente Dilma pela mídia e pelo jornalismo, por meio da violência de gênero, para tornar o golpe justificável, aceitável e conseguir o consentimento da população, alinhando seus interesses econômicos às figuras políticas vigentes e, em consequência, que a revista e o jornal pudessem ser beneficiados. Logo,

As representações convencionais do feminino e do masculino numa sociedade, presentes na mídia – e não apenas no jornalismo – podem também contribuir para o insulamento temático das mulheres na política. A divisão sexual do trabalho, conectada a estereótipos que definem papéis, pertencimentos e habilidades distintas para mulheres e homens, se transforma em expectativas quanto a sua atuação nas diferentes esferas sociais. Embora não exista uma única compreensão dos papéis de gênero ou de relação entre mulheres e atividade política, a forma como a mídia representa as mulheres é

um desdobramento das formas atuais da dualidade entre privado/doméstico/feminino e público/político/masculino. (MIGUEL e BIROLI, 2011, *apud* MOTA e BIROLI, 2014, p. 206)

As deliberações dos estereótipos que determinam o que é ser homem e o que é ser mulher ganham ainda mais força no setor conservador nacional em função dos intensos ataques da mídia à ex-presidente Dilma e do crescimento da extrema-direita como reação conservadora aos avanços da esquerda. É possível perceber o impacto que a mídia, o jornalismo e as redes sociais tiveram nacionalmente em um adesivo para carro com uma montagem sexualizada de Dilma que se popularizou entre alguns brasileiros, como mostra na imagem 4. Os adesivos são uma marca da crescente onda de ódio às minorias que tem se perpetuado até a atualidade, legitimados pela mídia e, posteriormente, pelo governo de Jair Bolsonaro.

Imagem 4 – Adesivo com montagem sexualizada de Dilma



Fonte: Jornal Terra, em matéria de 2 de julho de 2015.

Neste capítulo, será realizada uma análise de conteúdo de amostras das capas da revista IstoÉ e das manchetes do jornal Estado de S. Paulo, também conhecido como Estadão, para compreender de que forma a violência de gênero se deu durante o processo de *impeachment* no ano de 2016. Com esse intuito, a abordagem da análise de conteúdo propõe um conjunto de técnicas para pesquisa qualitativa para investigar a significação da utilização dos recursos de mídia e jornalismo para influenciar o golpe. É importante explicitar que tal ferramenta de pesquisa não apenas é inteiramente compatível com a perspectiva teórica desenvolvida nos capítulos anteriores, como a pressupõe metodologicamente no desenvolvimento deste capítulo.

Para isso, a pesquisadora Laurence Bardin (2011, p. 15) define a análise de conteúdo como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente

diversificados”. A análise de conteúdo se ancora, então, em quatro principais métodos de pesquisa: a organização da análise de pesquisa; a codificação, através de unidades de registro (o que será analisado) e de unidades de contexto (em que contexto a unidade de registro está inserida); a categorização, cujos dados analisados serão percebidos através de categorias selecionadas; e, por fim, a inferência, em que é necessário realizar uma interpretação dos dados categorizados.

As capas da IstoÉ e as manchetes do Estadão, então, serão categorizadas em quatro tipologias: estereótipos de gênero, em que a imprensa e o jornalismo enquadram Dilma em uma série de adjetivos e posições em que a mulher é rotulada por seu estado como mulher; incompetência, em que a ex-presidente é tida como incapaz em seu cargo de presidente; manipulação, em que ela é posta como manipuladora e mentirosa e, logo, não seria adequada para governar o país; e, por fim, a degradação moral, que pode ser representada por categorias como “ideologia de gênero”, o “*habitus* negativo” de Dilma e a corrupção, esta que talvez seja a característica mais presente nas acusações à ex-presidente nos veículos de comunicação do período analisado.

Tabela 1 - Tipologias

Tipologias para categorizar as capas das revistas e as manchetes dos jornais
Estereótipos de gênero
Incompetência
Manipulação
Degradação moral

Fonte: elaboração própria, João Pessoa, 2022.

No ano de 2016, de 1 de janeiro até 31 de agosto, dia em que o processo de *impeachment* foi finalizado, a revista semanal IstoÉ apresentou um universo de 36 revistas publicadas, das quais 14 delas tinham como foco a então presidente Dilma — sendo uma delas uma edição especial fora da programação semanal para afirmar em seu título “Não vai ser golpe”. Dessas 14, foi selecionada uma amostra de quatro capas para serem analisadas neste estudo, a partir do critério de que essas capas eram as que mais podiam ser relacionadas ao aspecto de gênero. Já entre as manchetes do Estadão, jornal diário, em uma pesquisa online, foi feito um levantamento do mesmo período e foi constatada a publicação de 131.682 matérias, das quais 10.427 desses registros abordaram Dilma Rousseff. Em meio a um universo de milhares, as cinco capas foram

escolhidas de maneira aleatória por considerar que estas representavam bem a dimensão de gênero.

4.1 Dilma nas capas da IstoÉ

A mídia pode ser pensada como esfera que participa ativamente da reprodução ou da transformação de práticas, valores e instituições que configuram as formas atuais da representação e da participação política nas democracias e legitimam as formas assumidas pelas relações de gênero. (BIROLI, 2010, p. 271-272)

Os meios de comunicação tradicionais são uma das principais formas de reprodução das disparidades de gênero, ampliando e fortalecendo mentalidades e comportamentos, a partir de padrões muitas vezes estereotipados e excludentes. Assim, a imprensa contribui para construir o espaço simbólico no seio do qual se formam o *habitus*, lembrando a crítica de Lois McNay da insuficiência do conceito de campo entendido no sentido estrito para dar conta de toda a complexidade de forças envolvida na formação da dimensão de gênero. Logo, as quatro capas da revista IstoÉ selecionadas serão analisadas a partir da construção da relação entre gênero e golpe por meio da instituição midiática.

Pode-se trabalhar com a hipótese de que existem padrões organizando o noticiário na mídia de grande circulação. Isso ocorre porque a dinâmica atual de produção das notícias é marcada pelas formas institucionalizadas do campo da mídia e pelos interesses e perspectivas sociais dos jornalistas. O resultado é um noticiário repetitivo, em que os diferentes veículos e produtos jornalísticos incorporam grades de relevância e procedimentos comuns na escolha das fontes e no acesso a informações, difundindo representações do campo político e dos agentes políticos que confirmam as formas atuais de distribuição de capital e reconhecimento naquele campo. (BIROLI, 2010, p. 278)

A mídia e o jornalismo, sobretudo quando se trata das grandes empresas que dominam a imprensa nacional e detém um grande mercado consumidor, costumam funcionar por interesses associados ao capital econômico que, quando não estão alinhados com o setor político no poder, apresentam posicionamentos excessivamente contrários. O campo político acaba sendo condicionado à visão que a população tem dos atores políticos e a massa, por sua vez, é constantemente manipulada pelos veículos de comunicação. A atuação da mídia, portanto, é bastante representativa no que diz respeito à legitimação de processos políticos. As capas de revistas são fundamentais nesse processo. Para comprovar tal afirmação, temos a ilustração do quadro 2:

Quadro 2 – IstoÉ, edição de 2 de março de 2016

Capa da edição 2412, de 2 de março de 2016	Título: A volta do impeachment
 <p>Fonte: IstoÉ, edição número 2412, de 2 de março de 2016.</p>	<p>Subtítulo 1: Estrategista da campanha de Dilma, João Santana tinha muito mais influência que muito ministro do governo.</p> <p>Subtítulo 2: Documentos provam que marqueteiro João Santana movimentou propinas da Petrobras durante a campanha de 2014. Emails expõem o poder que ele exercia sobre o Palácio do Planalto.</p> <p>Subtítulo 3: Acuado pelo risco de cair junto com Dilma no TSE, o PMDB se reaproxima da oposição e articula o afastamento da presidente.</p> <p>Subtítulo 4: Reação ao programa do PT mostra que o brasileiro não suporta mais o governo e se cansou das desculpas de Lula.</p>
	<p>Descrição: Em uma imagem em preto e branco, como se estivesse sendo filmada, Dilma aparenta incômodo. Atrás dela está João Santana, integrante da equipe de marketing de sua campanha eleitoral em 2014. João aparece de pé atrás de Dilma, de braços cruzados, em posição de rigidez e poder.</p> <p>Tipologia: Incompetência; degradação moral.</p>

Fonte: Elaboração Própria, João Pessoa, 2022.

Em segundo lugar estão os tipos de imagens que podem ser consideradas arranjadas, manipuladas ou montadas, implicando que modelos e materiais cênicos, reais o suficiente por si só, foram reunidos e coreografados para induzir inferências radicalmente erradas sobre "quem" esteve presente e/ou o que estava acontecendo. O resultado é a imagem de uma cena secretamente planejada; a imagem é real, mas não é realmente da cena que retrata. (GOFFMAN, 1988, p. 14)¹⁵

¹⁵ Texto original em inglês: "Second are the kind of pictures that can be said to be arranged, rigged, or set up, implying that models and scenic materials, real enough in their own right, were brought together and choreographed to induce radically wrong inferences as to "who" had been present and/or what had been going

Goffman (1988), ao retratar o enquadramento das fotografias públicas, aponta para a existência de campanhas de publicidade que se utilizam de um enquadramento distorcido utilizado para gerar imagens negativas sobre algo ou alguém. É nesse sentido que a revista IstoÉ retrata Dilma em diversas capas no ano de 2016, fomentando as relações de dominação de gênero.

Na edição número 2412, há um destaque do publicitário João Santana. A ex-presidente Dilma, mesmo sendo a maior autoridade pública do país na época, pode ser interpretada na imagem como uma figura dominada por seu “marqueteiro” político. Existe um tom de violência simbólica à diminuição de Dilma na capa como alguém que está sendo manipulada por um “ventríloquo”, alguém que teria mais poder que ela em seu cargo, isto é, ela é tida como incompetente em uma percepção sutil.

João Santana, enquanto homem, é colocado em um papel que se sobressai ao dela, que aparece menor e incompleta, reforçando estereótipos de dominação masculina, cuja mulher não é capaz de atuar sem a direção de um homem. Essa disposição, em que ele aparece maior e ela menor lembra uma incapacidade de agência (em comparação ao homem, ao fundo, o verdadeiro responsável pela ação). A incompetência é, no limite, uma incapacidade para a ação em geral, a ação autônoma em particular e a ação dirigente em situação de poder, sobretudo.

Ao mesmo tempo, um dos subtítulos relaciona a imagem de João Santana a um escândalo de corrupção, que, ao se associar com a pessoa da ex-presidente, remete uma conotação pejorativa, de degradação moral, também a ela. Observa-se, ainda, a utilização da cor vermelha na escrita da palavra *impeachment*, evidenciando o termo, de modo que a revista apresenta um nítido posicionamento favorável ao golpe. Assim, a IstoÉ relaciona a questão de gênero ao *impeachment*, numa tentativa de reforçar o apelo popular da aceitação do processo. Na capa seguinte, essa proposição se reforça.

on. The result is a picture of a covertly contrived scene; the picture is an actual one, but it is not actually of the scene it portrays.”

Quadro 3 – IstoÉ, edição de 6 de abril de 2016

<p>Capa da edição 2417, de 6 de abril de 2016</p>	<p>Título: As explosões nervosas da presidente</p>
	<p>Subtítulo: Em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o país.</p> <p>Descrição: Dilma aparece de boca aberta, como se estivesse gritando e “descontrolada”, como aponta a revista.</p>
<p>Fonte: IstoÉ, edição número 2417, de 06 de abril de 2016.</p>	<p>Tipologia: Estereótipos de gênero; incompetência; degradação moral.</p>

Fonte: Elaboração Própria, João Pessoa, 2022.

É possível perceber violência simbólica na forma como a ex-presidente Dilma Rousseff é retratada como uma mulher raivosa, com “explosões nervosas”, como cita a capa da revista IstoÉ, na edição nº 2417, de 06 de abril de 2016. A foto representada na capa da edição, no entanto, advém não de um momento de histeria, mas de um momento de emoção em uma partida da seleção brasileira de futebol, na Copa do Mundo de 2014.

Imagem 5 – Dilma na Copa do Mundo de 2014



Fonte: Imagem retirada do Twitter, de 3 abril de 2016.

A presente capa se trata de uma montagem com expressa intenção de deturpar a ex-presidente, inserindo-a em um contexto falsificado e a degradando, pois não corresponde com a verdade dos fatos. Isso ocorre porque existe, mais uma vez, violência simbólica na retratação estereotipada da ex-presidente. Quando a revista aponta para “surto de descontrole”, “presidente fora de si”, “quebra de móveis”, gritarias, xingamentos e ataques, constrói uma imagem de uma pessoa sem equilíbrio para administrar o país. A mulher é associada ao afeto, em contraposição ao racional e ao autocontrole, tipicamente masculinos. Logo, utilizam de sua condição como mulher para apontá-la como incompetente e para, mais uma vez, associar às mulheres a condição de histeria, que é apontada geralmente como inerente ao feminino.

De tal sorte, a matéria que mereceu a chamada de capa da revista IstoÉ, na edição de 06 de abril de 2016, tenta pautar no debate público brasileiro que a então presidenta Dilma Rousseff (PT) não tinha condições emocionais e políticas para continuar seu mandato. Agindo dessa forma, o periódico mostra a fragilidade da mídia brasileira, que, em muitos momentos, abdica do papel de comunicar para agir tal qual partido político. (VELOSO, VASCONCELOS e CARDOSO, 2019, p. 96)

Ainda, é possível comparar a capa da IstoÉ sobre “as explosões nervosas da presidente” com a capa da edição 2601 da mesma revista. O título dessa edição se chama “Bolsonaro: Um leão fora de controle”. Tal capa faz alusão à animação da Disney “O Rei Leão”, comparação perceptível devido à disposição dos elementos da capa e das letras do nome “Bolsonaro”, que remetem à forma da letra comumente associada à empresa da Disney. Enquanto o descontrole de Bolsonaro o leva ser interpretado como “rei”, as explosões nervosas de Dilma são tidas como incompetências de gestão. Esse posicionamento da capa da edição número 2417 pode ser interpretado como um prenúncio da transição que iria ocorrer para o governo de Bolsonaro.

Imagem 6 – “Bolsonaro: Um leão fora de controle”



Fonte: IstoÉ, edição número 2601, de 1 novembro de 2019.

Quadro 4 – IstoÉ, edição de 29 de abril de 2016

Capa da edição 2421, de 29 de abril de 2016	Título: Sabotadores do Brasil
	<p>Subtítulo: Prestes a deixar o poder, petistas apostam no quanto pior melhor e infernizam o País. Enquanto movimentos bancados pelo governo tocam fogo em estradas, Planalto apaga arquivos e sonega dados para dificultar a transição a Michel Temer.</p>
	<p>Descrição: Em uma imagem marcada pelo vermelho, Dilma e Lula aparecem em um movimento de rua. Lula está apontado o dedo indicador, em tom de comando.</p>



Fonte: IstoÉ, edição número 2421, de 29 de abril de 2016.

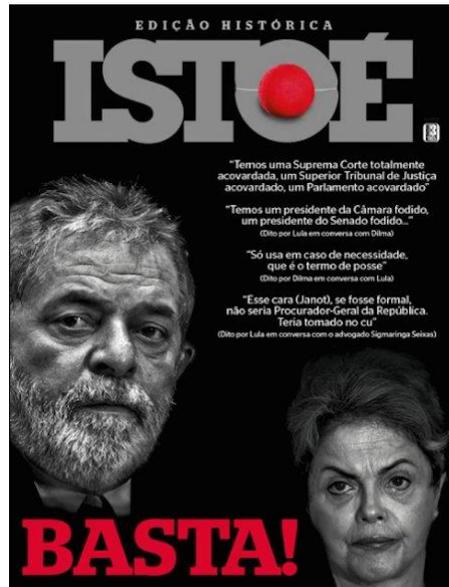
Tipologia: Manipulação; incompetência; degradação moral.

Fonte: Elaboração Própria, João Pessoa, 2022.

O quadro 4 representa a edição número 2421, cuja revista aponta Dilma e Lula como os “sabotadores do Brasil”, em que ambos são vistos como manipuladores e destruidores da nação. Enquanto Dilma aparece de cabeça erguida, olhando para frente, Lula está virado para a sua posição com o dedo apontado, gerando uma percepção de comando e ordem. A capa, portanto, gera um efeito de sentido semelhante à da primeira capa analisada neste trabalho, de número 2412, pois, mais uma vez, aponta a ex-presidente como uma figura que recebe ordens para atuar na posição em que se encontra. A IstoÉ, nesse sentido, aponta a ex-presidente tanto como manipulada quanto como manipuladora.

Dilma, mais uma vez, é representada como incapaz de governar sozinha. Essa posição de Lula como “mandante” do governo de Dilma, no entanto, não era nova na publicação dessa edição da revista. Diversos veículos de comunicação apontavam, na época, posições semelhantes, como se ele nunca tivesse deixado de governar. Esse cenário pode ser exemplificado na imagem 7, em cuja capa da edição 2415, de 23 de março de 2016, mais uma vez associa os dois, apontando Lula em cima, na frente, como uma figura maior que ela.

Imagem 7 – “Basta!”



Fonte: IstoÉ, edição número 2415, de 23 de março de 2016.

A capa 2421 ainda apresenta a imagem na cor vermelha com as letras amarelas. Ainda que o vermelho seja a cor que representa o Partido dos Trabalhadores, a associação com a cor amarela remete à ideia de comunismo. Em um período de crescente conservadorismo, a ideia de um fantasma do comunismo se faz implícita na construção da imagem apresentada. Essa utilização de um pânico moral mais uma vez busca retratar Dilma em um tom negativo e afastar os consumidores da revista de quaisquer identificações com ela, pois Dilma iria “sabotar”, “destruir” o Brasil e poderia até mesmo “implantar a ditadura comunista”.

O subtítulo da revista, associado à imagem em que Dilma e Lula estariam em um movimento de rua, ainda os relaciona aos movimentos de queima de pneus em estradas, que se posicionava contrário ao golpe. Essa associação é realizada por duas razões: a primeira é que o jornalismo e a mídia na época apontavam os movimentos de queima de pneus como integrado por “vagabundos”, “bandidos”, “baderneiros”, principalmente quando os associava ao Movimento Sem Terra (MST) ou ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); a segunda razão é para tentar corroborar a tese de crime e corrupção associados ao PT, uma vez que aponta o governo como financiadores dessas manifestações contra o *impeachment*.

Quadro 5 – IstoÉ, edição de 6 de maio de 2016

<p>Capa da edição 2422, de 6 de maio de 2016</p>	<p>Título: A República passada a limpo</p>
	<p>Subtítulo 1: Lula a um passo da prisão.</p> <p>Subtítulo 2: Eduardo Cunha: o justo fim do “malvado favorito”.</p> <p>Subtítulo 3: O adeus de Dilma (e suas últimas armadilhas).</p> <p>Descrição: Eduardo Cunha aparece em uma montagem no corpo do personagem “Gru”, da animação “Meu Malvado Favorito”. Lula aparece de mãos juntas, expressando preocupação. Dilma aparece fazendo careta.</p>
<p>Fonte: IstoÉ, edição número 2422, de 6 de maio de 2016.</p>	<p>Tipologia: Manipulação; degradação moral.</p>

Fonte: Elaboração própria, João Pessoa, 2022.

A edição número 2422 busca transmitir uma entonação satírica, cujos rostos de Eduardo Cunha e Dilma apresentam caretas, ainda que Lula emita uma expressão de preocupação. Mais uma vez, Dilma ocupa o lugar mais baixo da imagem, com o rosto distorcido. O título da capa é “A República passada a limpo” porque a revista esperava que Dilma, Eduardo Cunha e Lula perdessem seus poderes políticos — ainda que Lula não estivesse em um cargo parlamentar oficial. Nesse sentido, a entoação de graça e sátira se deu em vista de uma quase inevitabilidade do “adeus” de Dilma, do “fim” de Cunha e da “prisão” de Lula, como apontam os enunciados. A atuação política da IstoÉ teria, enfim, gerado resultados e o Brasil estaria “livre da corrupção”.

No aspecto de gênero, ao apontar “O adeus de Dilma (e suas últimas armadilhas)”, a revista alude a um caráter manipulador, ardiloso, como ocorre com Hera e mesmo Atena na mitologia grega, em que a ex-presidente teria criado armadilhas contra o país. Em mais uma ênfase a Dilma como supostamente responsável pelas crises com que o país lidava, nos campos

políticos e econômicos, a perspectiva da revista faz uma alegoria latente à percepção que se tem da mulher como calculista, não de um cálculo racional no sentido eticamente sancionado, mas de um cálculo ardil, típico dos fracos.

4.2 Dilma nas manchetes do Estadão

Pierre Bourdieu (1997, p. 81) aponta que “o campo jornalístico age, enquanto campo, sobre outros campos. Em outras palavras, um campo, ele próprio cada vez mais dominado pela lógica comercial, impõe cada vez mais suas limitações aos outros universos.” A partir dessa afirmação, pode-se concluir que os jornais apresentam grande influência sobre outros microcosmos sociais, dentre os quais é possível citar a política. A lógica comercial do jornalismo e da mídia passa a se sobressair sobre a função do jornalista-intelectual de transmitir notícias, mas cuja lógica da perspectiva do capital econômico se sobrepõe aos fatos.

Com esse fito, o jornal Estado de S. Paulo, ou Estadão, apresentou posicionamentos políticos bastante demarcados no referente ao *impeachment* de Dilma, em que se colocaram como favoráveis. Assim como ocorreu com a revista IstoÉ, o Estadão se utilizou das mesmas categorias de descaracterização da imagem de Dilma a partir relações com a corrupção e com questões de gênero, que a demonstram como incompetente, manipuladora ou estereotipada. Por conseguinte, serão analisadas cinco manchetes de matérias que se deram durante o primeiro semestre de 2016 até a finalização do golpe.

Antes disso, no entanto, faz-se necessário apontar dois momentos que marcaram o discurso de gênero presente no Estadão acerca de Dilma e que fundamentam a perspectiva do jornal com um dos discursos mais impositivos quanto à violência simbólica. O primeiro se deu por uma foto de Dilma publicada no jornal no dia 21 de agosto de 2011, cujo ângulo da foto a apresenta “transpassada” por um espadim. A imagem foi tirada em cerimônia de entrega de espadins à Academia Militar de Agulhas Negras e, em 31 de agosto do mesmo ano, foi eleita pela revista Veja como “imagem da semana”. A foto ainda recebeu o Prêmio Internacional de Jornalismo Rei da Espanha.

Imagem 8 – “Dilma transpassada”

Fonte: Jornal G1, em matéria online em 13 de janeiro de 2012

A imagem 8, cujo fotógrafo afirmou traduzir “uma imagem política muito forte” já apresentava o posicionamento do jornal mesmo antes das manifestações de 2013, que foram consideradas o início da conjuntura que levaria ao golpe. Ao atravessar Dilma com um espadim, parece haver uma alusão a uma vontade de tirá-la do poder. No entanto, em um país com altos índices de feminicídio, como apontado no dado que inicia a introdução deste trabalho, ao transpassar Dilma, há um incentivo a uma perpetuação cultural que desvaloriza, degrada e, até mesmo, violenta a imagem da mulher na sociedade. É uma violência simbólica que se associa a uma sociedade com uma cultura de morte, em uma explícita violência de gênero.

O segundo momento diz respeito a uma foto publicada na capa do jornal impresso do Estadão, em 03 de maio de 2016. Nessa capa, cuja manchete afirma “Janot denuncia Lula na Lava Jato e pede investigação contra Dilma”, Dilma aparece com o rosto em chamas. A imagem, que pretende satirizar a ex-presidente, ao mesmo tempo que a associa com a corrupção, busca uma forma de degradação moral que é aplicada a mulheres, em caráter quase exclusivo. Essa exposição escancara mais uma forma de dominação masculina presente nos posicionamentos do jornal.

Imagem 9 – “Dilma em Chamas”



Fonte: BuzzFeed, retirado do jornal Estadão, de 03 de maio de 2016.

Quadro 6 – Estadão, matéria de 18 de abril de 2016

Manchete de 18 de abril de 2016	Título: Quem pariu Dilma que a embale, ora!
Subtítulo: Agora Lula paga caro pelo erro de ter escolhido Dilma, política inábil e sem talento para administrar.	
Tipologia: Incompetência; estereótipos de gênero; degradação moral.	
Fonte: Estadão, matéria online de 18 de abril de 2016.	

Fonte: Elaboração própria, João Pessoa, 2022.

A primeira manchete a ser analisada, presente no quadro 6, apresenta a manchete do Estadão de 18 de abril de 2016 que chama Dilma de “política inábil” e “sem talento para administrar”. Os adjetivos, por si só, já apresentam um explícito posicionamento do jornal, que se utiliza de estereótipos de gênero para apontá-la como incapaz. Ao compará-la a Lula, chamando-a de erro dele, as relações de violência simbólica se tornam ainda mais evidentes, pois demonstram uma violência sutil, em que ele, como homem, teria certo nível de competência, enquanto ela não.

Além disso, o título da matéria “Quem pariu Dilma que a embale, ora”, embora se refira a uma escolha que teria sido de Lula em selecionar Dilma como sucessora de seu cargo, se utiliza de uma expressão, “pariu”, própria do sexo feminino. Essa seleção de termo é um modo de degradação feminina que se utiliza de uma perspectiva masculina estruturada no mundo objetivo e que se reproduz como um termo de tom negativo. “Ora”, se é unicamente feminino e utilizado numa conotação negativa, parece haver uma relação de consequência que expressa que se parir é diminutivo, uma mulher que pare também é. A aproximação da imagem da mulher à característica biológica, portanto, enquanto pejorativa, explicita uma tentativa de misturar quase sem distinção a mulher e a inferioridade.

Quadro 7 – Estadão, de 16 de abril de 2016

Manchete de 19 de abril de 2016	Título: A moça não entendeu...
Subtítulo: Derrotada na Câmara por 367 a 146, Dilma continua fazendo de conta que nada acontece e falando a mesma coisa de sempre.	
Tipologia: Estereótipos de gênero; degradação moral.	
<p>The screenshot shows the top of a news article on the Estadão website. The page header includes the logo 'ESTADÃO' and the section 'Política'. The main headline is 'A moça não entendeu...' followed by the subheadline 'Derrotada na Câmara por 367 a 146, Dilma continua fazendo de conta que nada acontece e falando a mesma coisa de sempre.' The author is listed as 'José Nêumanne' and the date as '19 de abril de 2016 11h10'. There are social media sharing icons for WhatsApp, Facebook, Twitter, and LinkedIn on the left. On the right, there is a section titled 'DESTAQUES EM POLÍTICA'.</p>	
Fonte: Estadão, matéria online de 19 de abril de 2016	

Fonte: Elaboração própria, João Pessoa, 2022.

Na manchete de 16 de abril de 2016, o Estadão aponta para a votação na Câmara dos Deputados, que concluiu uma posição favorável ao seguimento do *impeachment*, com 367 votos contra 146. Apesar disso, Dilma tomou a decisão de não renunciar ao cargo e continuou discursando sobre o *impeachment* como golpe. Nesse sentido, o jornal afirma que “Dilma continua fazendo de conta que nada aconteceu e falando a mesma coisa de sempre”. Essa frase carrega uma significação de ceticismo e parece gerar uma percepção de cansaço, a partir da expressão “ela continua fazendo isso”.

Esse aborrecimento com a continuidade do discurso da ex-presidente parece implicar uma fadiga com um discurso feminino que persiste. As mulheres não são ouvidas da mesma forma que os homens, pois há um pensamento enraizado que as mulheres não deveriam estar discursando em cargos públicos, mas em silêncio, subservientes aos seus maridos. O

silenciamento das mulheres na sociedade ocorre em função de uma tentativa de impedir que as dominações sofram rupturas, pois é no consentimento da mulher que diversas formas de violência se perpetuam.

Outra questão da matéria se dá por seu próprio título. Ao afirmar que “a moça não entende”, parece estar implícito um tom depreciativo de “falta de inteligência” ou “burrice”. Associar essas expressões com o termo “moça” pressupõe uma compreensão de que a mulher é percebida como intelectualmente menos capaz que o homem. Logo, a matéria se ancora em estereótipos de gênero para impor uma condição de ignorância e desqualificação a Dilma.

Quadro 8 – Estadão, de 12 de maio de 2016

Manchete de 12 de maio 2016	Título: Perfil Dilma Rousseff: O preço da falta de jogo de cintura
Subtítulo: Na Presidência, ela reforçou o comportamento centralizador e autossuficiente, distante do Congresso.	
Tipologia: Incompetência; manipulação; degradação moral.	
 <p>The screenshot shows the top of a news article on the Estadão website. The page header includes the logo 'ESTADÃO' and the word 'Política'. The main headline is 'Perfil Dilma Rousseff: O preço da falta de jogo de cintura'. Below the headline is a sub-headline: 'Na Presidência, ela reforçou comportamento centralizador e autossuficiente, distante do Congresso'. The author is listed as 'Tânia Monteiro e Leonencio Nossa, O Estado de S.Paulo' and the date is '12 de maio de 2016 04h07'. There are social media sharing icons for WhatsApp, Facebook, Twitter, LinkedIn, and Email on the left side.</p>	
Fonte: Estadão, matéria online de 12 de maio de 2016	

Fonte: Elaboração própria, João Pessoa, 2022.

A manchete de 12 de maio de 2016 se expressa de duas formas: na primeira, aponta para uma falta de jogo de cintura da ex-presidente e, nesse sentido, Dilma passou a ser tida como incapaz de dialogar. Esse pensamento se alastrou socialmente e, mesmo dentro da esquerda, esse discurso se difundiu de maneira ampla, sugerindo, mais uma vez, uma incompetência da presidente, que não teria as mesmas competências de seu antecessor, Lula, bastante conhecido pelos discursos conciliatórios e pelo diálogo com os opositores.

A segunda expressão ocorre no subtítulo, em que Dilma é acusada de “comportamento centralizador e autossuficiente, distante do Congresso”. Além de reforçar a percepção de incapacidade de governo por meio do diálogo, a manchete a acusa de autoritarismo, característica comumente associada aos homens. Essa percepção remete à concepção do “*habitus viril*” proposto por Bourdieu, em que há uma masculinização da figura de Rousseff. Dilma, de fato, apresenta uma rigidez em suas disposições e, embora, por vezes, isso lhe seja

conveniente devido à posse de um cargo hegemonicamente masculino, outros homens não são criticados pela mesma severidade. Ao compará-la com práticas intransigentes de outros presidentes, nota-se tratamentos diferenciados. Pode-se citar a edição da IstoÉ número 2667, que, ao apontar Bolsonaro como autoritário devido à sua intervenção na Petrobras, ainda que esteja carregando uma arma, é exposto com uma postura de despreocupação, com óculos escuros e uma disposição corporal relaxada.

Imagem 10 – “Eu sou o Estado”



Fonte: IstoÉ, edição número 2667, de 26 de fevereiro de 2021.

Quadro 9 – Estadão, de 06 de julho de 2016

Manchete de 06 de julho de 2016	Título: Eita ruivinha cara, sô!
Subtítulo: Refinaria detonada nos custou mais do que voo especial pros ianques.	
Tipologia: Estereótipos de gênero; degradação moral.	

Fonte: Estadão, matéria online de 6 de julho de 2016

Fonte: Elaboração própria, João Pessoa, 2022.

O quadro 9 apresenta a manchete do dia 06 de julho de 2016. A matéria se refere não se refere a Dilma, mas à refinaria de Pasadena que a Petrobras vendeu, conhecida como “ruivinha”. Todavia, o pensamento inicial que se tem quando se lê o título, levando em consideração o contexto em que se dava, cujo impeachment era o centro das discussões políticas da época, é que a ruivinha se refere a Dilma.

Não foi por acaso: o título parece fazer alusão a supostos custos que o Brasil estaria pagando em ter Dilma como presidente, sobretudo devido à associação da mídia de Rousseff com os discursos de corrupção. Além disso, o sufixo diminutivo “inho” é colocado em entonação pejorativa. Tal sufixo tem uma variedade de sentidos, podendo representar algo ou alguém pequeno, podendo ser usado carinhosamente ou para denotar tom depreciativo. Assim, a associação com o adjetivo “caro” revela o lugar da mulher na relação com o homem. Compramos objetos, que podem ou não ser “caros”. Quem compra é o sujeito, o comprado é o objeto. O termo seria, então, uma forma de diminuir Dilma enquanto mulher, uma vez que não é comum que se utilize o mesmo adjetivo ao homem.

Quadro 10 – Estadão, de 07 de julho de 2016

Manchete de 07/07/2016	Título: Arrogante e patética
Subtítulo: Além de patética e arrogante, carta de Dilma é covarde e mentirosa.	
Tipologia: Estereótipos de gênero; degradação moral.	
	

Fonte: Elaboração própria, João Pessoa, 2022.

Talvez a mais escancarada das manchetes selecionadas, a matéria de 07 de julho de 2016 expressa Dilma como “Arrogante e patética”, além de afirmar que a carta que escrevera seria “covarde e mentirosa”. Esse título representa uma forma de violência simbólica que se dá pela estereotipação de gênero e por uma violência a nível psicológico. Utilizando de adjetivos que desmoralizam a figura de Dilma, a manchete expõe a forte presença de parcialidade que

expressa os interesses privados do Estadão, baseados na lógica do acúmulo de capital econômico, e uma visão de mundo em que a mulher deve ocupar um lugar particular.

Os adjetivos mencionados são formas depreciativas que retratam humilhação e menosprezo e, de modo explícito, atingem a categoria de gênero. As mulheres que se posicionam de modo firme são vistas como “arrogantes”, histéricas, loucas, enquanto o mesmo não costuma ocorrer com os homens que se impõem. Enquanto “patética”, a mulher é vista como confusa, atrapalhada e digna de pena, provocando vergonha alheia; nesse sentido, parece se referir a uma pessoa que não sabe o que faz, de forma que Dilma seria incompetente.

O termo “covarde” se refere a alguém sem coragem, logo, parece mais uma vez remeter à incompetência, uma vez que, induz-se o pensamento de que, para estar no cargo de tão grande relevância, é preciso ter coragem, deixando implícito, mais uma vez, que a qualidade prevaleceria entre os homens. Por fim, o adjetivo de mentirosa enquadra Dilma numa posição de manipuladora da população e, desse modo, seu cargo não seria merecido; a ideia de manipulação, enquanto naturalizada na esfera masculina, é duramente criticada quando praticada por mulheres.

A percepção desses adjetivos de que há efeitos de sentidos diferentes quando utilizados para as mulheres distintamente dos homens permite concluir que a linguagem, e da semiótica no caso da IstoÉ, estão intrinsecamente relacionadas à disposição das revistas e jornais para causar efeitos de sentido com intencionalidade planejada. Desse modo, infere-se que as capas das edições da IstoÉ e as manchetes do jornal Estadão se utilizam da violência de gênero para reafirmar estruturas sociais de dominação que estão enraizadas na sociedade, com a finalidade fortalecer uma reação conservadora entre a população que legitime o golpe. O ponto em comum entre todas as capas e manchetes, além de todas apresentarem a ideia de degradação moral, é que são montadas estrategicamente a partir de imagens e expressões manipuladas de forma tendenciosa para atender aos interesses da revista e do jornal, utilizando-se de meias-verdades apelativas para convencer a população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que os objetivos deste estudo foram contemplados e, em cada capítulo, foi possível observar dimensões importantes nas relações de desigualdade de gênero presentes na sociedade. No capítulo 1, constatou-se que, ao contextualizar e problematizar as relações de gênero, foi confirmada a presença da dominação masculina no decorrer da história. A partir de uma retomada acerca das lutas pela igualdade de gênero, que ocorreram nos movimentos das ondas feministas, das conceituações de gênero e como as violências de gênero se dão no ambiente da esfera pública e da percepção da utilização da categoria de gênero como uma ferramenta de legitimação do golpe de 2016, o primeiro capítulo possibilitou a constatação de avanços e conquistas nos direitos das mulheres. A dominação masculina ainda se encontra permeada nas relações sociais, no entanto, paulatinamente vão ocorrendo algumas rupturas nas estruturas construídas culturalmente.

O segundo capítulo se utiliza de uma abordagem sociológica para compreender a violência de gênero a partir das concepções de Pierre Bourdieu. As disparidades entre o homem e a mulher são tidas de acordo com o conceito de poder simbólico, em a partir de relações de dominação que podem ser interpretadas como violência simbólica. Além disso, foi abordada a trajetória de Dilma, constitutiva de um *habitus* que, ao mesmo tempo em que é produzido por estruturas de dominação masculinas, possui pela particularidade de sua trajetória aspectos que rompem com a reprodução dessas estruturas. Também, em uma perspectiva crítica do pensamento feminista ao pensamento de Bourdieu, Lois McNay reconhece as contribuições bourdieusianas, mas afirma haver uma limitação quanto à associação do conceito de campo ao *habitus* de gênero. É a partir dessa associação que é possível compreender como se dão as disposições corporais e como o gênero se comporta na temporalidade.

Já o terceiro capítulo aponta um estudo da mídia a partir de uma análise de conteúdo respaldada pela ótica da Laurence Bardin, em que são trabalhadas as capas da revista IstoÉ e as manchetes do jornal Estadão no ano de 2016 até a conclusão do processo de *impeachment*. Essa análise prolongou metodologicamente as discussões teóricas, articulando-se com elas. Nessas análises, são percebidas características em comum entre as abordagens sobre Dilma, que se utilizam de artifícios de massificação do sentimento antipetista por meio da violência de gênero em retratos fora de contexto ou distorcidos para atingir interesses específicos, sendo categorizados a partir das tipologias de incompetência, manipulação e estereótipos de gênero.

Em suma, todo esse processo ajuda a explicar a emergência e difusão do atual bolsonarismo, do qual a própria imprensa atualmente tenta se afastar. Ele é uma resposta de

todos os grupos, classes e valores dominantes, e o simbolismo da masculinidade viril e bélica que ele representa apenas pode ser compreendida como reação conservadora ao imaginário construído pela imprensa nos últimos anos. Foi a ascensão conservadora e o bolsonarismo que contribuíram, por exemplo, com a morte de Marielle Franco – enquanto mulher negra, periférica, bissexual, casada com outra mulher –, que foi assassinada e morreu como resultado de uma sociedade que naturaliza a dominação masculina, a violência de gênero e o feminicídio. Entretanto, a repercussão do caso fez com que Marielle se tornasse um símbolo de luta da esquerda pela igualdade e a luta de Marielle em vida se tornou um legado incomensurável em morte.

Ao se estudar a dominação masculina na esfera pública, há teóricos que abordam uma separação que se tem sobre as esferas públicas e privadas. Enquanto este trabalho percebe Dilma na esfera pública, estudiosos apontam que essas separações podem contribuir na sustentação das desigualdades em que o ambiente doméstico remete às mulheres e a esfera pública se refere aos homens, como uma forma de determinação dos papéis de gênero. No entanto, uma das intenções deste estudo se dá justamente pela tentativa de quebra da percepção de que os respectivos espaços devem designar um gênero. É a separação de espaços que impede, por exemplo, que a jornada de trabalho dos trabalhadores consuma a vida familiar. Existe uma necessidade, portanto, de uma desassociação de gênero das relações espaciais.

Este trabalho analisa as capas da revista e a manchetes do jornal a partir de um estudo de caso da ex-presidente Dilma, no entanto, tal estudo se faz importante como uma tentativa de entender como se dá a violência de gênero na esfera pública, em especial no campo político, para refletir como as parlamentares podem estar suscetíveis à dominação masculina. Apesar de ter se dado em 2016, as agressões contra Dilma são representativas porque atingem a então maior figura política do país e, portanto, estariam passíveis de atingir quaisquer outras mulheres. Logo, este trabalho se faz fundamental para reconhecer como as disparidades de gênero se dão para que possam ser combatidas no cenário nacional, seja através de uma tentativa de resistência às restrições impostas pelas estruturas do mundo objetivo, seja através de legislações e políticas públicas de combate à desigualdade ou de trabalhos sociológicos que desnaturalizem as formas de dominação.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- BIROLI, Flávia.. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos pagu**, v. 34, jan./jun. 2010, p. 269-299.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão: a influência do jornalismo e os Jogos Olímpicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan./jul. 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Violência Política**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/mais-mulheres-na-politica/violencia-politica>. Acesso em: 25 jul. 2022.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- CARDOSO, Viviane Garbelini. “As explosões nervosas da presidente”: uma análise do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff na revista semanal Istoé. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 e 13º Congresso Mundos de Mulheres: Transformações, conexões e deslocamentos. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis, 2017.
- COHEN, S. **Folk devils and moral panics: the creation of mods and rockers**. London: MacGibbon & Kee, 1972.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 8 nov. 2022.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Revista Parágrafo**, v. 5, n. 1, Jan./Jun. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559/506>. Acesso em: 17 nov. 2022.

FERNANDES, Fernanda. **A história da educação feminina**. 2019. Disponível em: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/14812-a-hist%C3%B3ria-da-educac%C3%A7%C3%A3o-feminina>. Acesso em: 13 nov. 2022.

FBSP - FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra mulheres em 2021**. Brasil: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

GOFFMAN, Erving. **Gender Advertisements**. New York: Harper And Row Publishers, 1988.

GOMES, Romeu. A dimensão simbólica da violência de gênero: uma discussão introdutória. **Athenea Digital**, v. 14, n. 2, , p. 237-243, 2008. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/313>. Acesso em: 26 nov. 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Para ver Cristina: a mídia brasileira, a Argentina e o “efeito oroff”. *In*: LAPUENTE, Rafael Saraiva; GANSTER, Rafael; ORBEN, Thiago Arcajo. **Diálogos do tempo presente: historiografia e história**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. **Revista História, Ciência e Saúde**, Manguinhos, v.15, suplemento, p.117-132, jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hesm/a/tPvR4dWz5GzGCgn4c6GCZHp/?format=html#>. Acesso em: 13 nov. 2022.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOLMES, Mary. **What is gender? Sociological approaches**. Londres: Sage Publications Ltd, 2007.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Quantidade de homens e mulheres**. Brasil: IBGE, 2021.

LOPES, Marcus. **A história de Alzira Soriano**, a primeira mulher a virar prefeita no Brasil. BBC News Brasil [online]. São Paulo, 27 nov. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55108142>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MCNAY, Lois. Gender, Habitus and the Field: Pierre Bourdieu and the Limits of Reflexivity. **Theory, Culture & Society**, London, v. 16, n. 1, p. 95-117, 1999.

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na Tribuna da Câmara dos Deputados. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, pp. 201 a 221, 2009.

MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. *In*: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**: Uma introdução. Boitempo Editorial, 2014.

MISKOLCI, Richard. CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MOTA, Fernanda Ferreira. BIROLI, Flávia. O gênero na política: a construção do “feminino” nas eleições presidenciais de 2010. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 43, jul./dez. 2014.

MOTTA, Débora. Pesquisa analisa a trajetória de inserção das mulheres no ensino superior. **FAPERJ**, Rio de Janeiro, 28 ago. 2014. Disponível em: <https://siteantigo.faperj.br/?id=2748.2.6>. Acesso em: 13 nov. 2022.

PINHO, Tássia Rabelo de. “Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, 2020.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. Dilma: uma mulher política. *In*: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 25-32.

PONTES, Thiago Panica. As entranhas do gigante e a sociogênese do golpe. *In*: CRUZ, Fátima M Leite. LEWIS, Liana. **2016: o ano que não acabou**. Recife: Editora UFPE, 2020. p. 34-51.

RIBEIRO, Diana; NOGUEIRA, Conceição; MAGALHÃES, Sara Isabel. As ondas feministas: continuidades e discontinuidades no movimento feminista brasileiro. **Revista de Ciências Humanas e Sociais**, Pampa, 2021. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/136148/2/496080.pdf>. Acesso: 03 nov. 2022.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 34. pp 1-54, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/NFdhTdVVLSPRHzdDzVpBYMq/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 17 nov. 2022.

SALLUM JÚNIOR, Brasília. Classes, cultura e ação coletiva. *Revista Lua Nova*, n. 65, pp. 11-42, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/R3HDr3cNzr6YdrjM8q73xyg/?lang=pt>. Acesso em: 26 nov. 2022.

SANTIAGO, Arthemísia. Judiciário e crise política: o percurso judicial do golpe e a judicialização da política. *In*: CRUZ, Fátima M Leite. LEWIS, Liana. **2016: o ano que não acabou**. Recife: Editora UFPE, 2020, p. 11-26.

SOUZA, Jamerson Murilo Anunciação de. SITCOVSKY, Marcelo. Direitos Humanos, Democracia e Neoconservadorismo. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 193-195, maio/ago. 2020.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TEODORO, Rafael. Cotas de gênero em eleições proporcionais: como funcionam?, **Politize**, 04 abr. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/cotas-de-genero-em-eleicoes/>. Acesso em: 11 out. 2022.

VELOSO, A. M. de C., VASCONCELOS, F. M. de., CARDOSO, L. C. F. A reprodução da misoginia e do patriarcado na cobertura midiática do impeachment de Dilma Rousseff (PT): um estudo de caso da revista Istoé. *In*: GONÇALVES, Christiane Ribeiro. ROCHA, Marcos Antônio Monte. **Feminismo descoloniais e outros escritos feministas**. Fortaleza: Expressão Gráfica & Editora, 2019.

VIANA, Alba Jean Batista. SOUSA, Eduardo Sérgio Soares. O poder (in)visível da violência sexual: abordagens sociológicas de Pierre Bourdieu. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 45, n. 2, , p. 155-183, jul/dez. 2014.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do Feminismo. **Blog Mulheres na Filosofia**, Campinas (UNICAMP). Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>. Acesso em: 23 jul. 2022.